

A Igreja e a I República

— A reacção católica em Portugal às leis persecutórias de 1910-1911

Introdução

A história da Igreja portuguesa no período republicano de 1910 a 1926 não está, de modo algum, estudada. O trabalho, aliás excelente, de Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, termina precisamente com a implantação do regime republicano, embora o quarto volume, publicado em quatro tomos de 1917 a 1921 (2.ª ed. 1967-1971), ultrapasse esse limite fixado de início. De facto a obra de F. Almeida é, ainda para os primeiros anos deste período, de uma grande utilidade, sobretudo pelos resumos biográficos que nos apresenta, no tomo quarto, de todos os prelados que atravessaram e viveram a crise do período persecutório republicano.

A síntese de Miguel de Oliveira, apresentada na sua *História eclesiástica de Portugal* (1940, 2.ª ed. 1948, 3.ª ed. 1958), não consegue abordar todos os aspectos do problema, servindo, no entanto, para introduzir em alguns dos temas fundamentais, como o da pastoral colectiva e o da lei da separação.

Não existem monografias, a nível diocesano, nem biografias dos intervenientes principais para que se possa fazer uma boa síntese. Há que referir, porém, os trabalhos de J. Augusto Ferreira sobre o bispo da Guarda, de J. Alcântara Guerreiro sobre o arcebispo de Évora e o secretário da Nunciatura em Lisboa, e os de A. Ferreira Pinto sobre o bispo do Porto. Precioso para ficarmos com uma visão geral da acção católica antes e depois de instalada a república é o trabalho — sem a pretensão de ser obra histórica — de M. Abúndio da Silva, *Cartas a um abade* (1913). Sob o aspecto jurídico é fundamental o volume de Joaquim Maria Lourenço, *Situação jurídica da Igreja em Portugal* (1943, 2.ª ed. 1945) que, sendo bastante exacto

sob o ponto de vista histórico, o é muito menos quando pretende transmitir juízos de valor. É, ainda, de muita utilidade para o estudo deste período, sobretudo no que se refere à diocese do Porto, o volume do deão Manuel Luís Coelho da Silva, *Dez meses de governo do bispado do Porto* (1912).

Sobre a história política os estudos são mais abundantes, embora com juízos de valor muito diferentes. Jesus Pabón, no seu volume *A revolução portuguesa* (1961) defende um ponto de vista totalmente de direita, justificando toda a acção do Estado Novo e denegrindo a obra dos revolucionários de 1910. Mais equilibrado, embora ainda com tendências direitistas, é o estudo de Ângelo Ribeiro inserto na *História de Portugal* (1935) dirigida por Damião Peres. As obras aparecidas nos últimos anos tendem, de um modo geral, para uma justificação da acção do regime republicano. Está neste caso a *História política da primeira república portuguesa* de David Ferreira, de que saiu apenas o primeiro volume em dois tomos (1973). De bastante valor é o trabalho de A. H. de Oliveira Marques, *A primeira república portuguesa: alguns aspectos estruturais* (1971, 2.^a ed. 1975). Fundamental para este período, sobretudo no que se refere à acção do partido republicano, é a tese de doutoramento de Vasco Pulido Valente, *O poder e o povo: a revolução de 1910* (1976). Todos estes autores nos transmitem juízos mais ou menos negativos sobre a acção da Igreja, notando-se em todos eles uma falta de conhecimento quase absoluto das realidades interiores do catolicismo.

Dos políticos intervenientes neste período existem algumas biografias bem conseguidas, merecendo destaque as escritas por A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa* (1972, 2.^a ed. 1975) e *Bernardino Machado* (1978).

O presente trabalho não pretende abarcar todo o período republicano, nem esgotar toda a problemática. Pretende, sobretudo, dar conta da forma como reagiu a Igreja portuguesa às leis persecutórias de 1910 e 1911, quer a nível episcopal, quer sacerdotal e laical, não esquecendo as orientações que a Santa Sé ia fornecendo à medida que evoluíam os acontecimentos. O estudo termina com o desterro do último bispo (Abril de 1912), não querendo isto significar que a reacção não tenha continuado. Continuou, de facto, e ainda com mais força, principalmente com a entrada em cena de um laicado que, até este momento, se encontrava bastante dividido e afastado das paróquias e da direcção dos bispos.

Isso será, porém, objecto de um estudo posterior.

1. O reino do medo

1.1. Do regime monárquico ao republicano

A situação da Igreja em Portugal nos últimos tempos do regime monárquico não era, de modo algum, uma situação de favor. O catolicismo pagava caro tributo pelo facto de ser considerado religião oficial do Estado¹. Assim o poder secular exercia um perfeito domínio sobre a legislação eclesiástica, tirando à Igreja a sua liberdade de acção por meio do chamado beneplácito régio². Não era livre a comunicação da Santa Sé com os bispos e com os fiéis, e vice-versa, bem como se negavam aos clérigos os mais elementares direitos de expressão³. Além disso o governo era padroeiro universal de todos os benefícios do reino⁴, ficando assim senhor de toda a administração eclesiástica e deixando aos prelados apenas a instituição canónica.

Dos privilégios e imunidades eclesiásticas de que o clero sempre havia gozado, apenas um se mantinha — o da isenção do serviço militar.

A situação de facto era, no entanto, bastante pior do que podia parecer através da legislação. Havia uma tendência governamental progressiva para oprimir a Igreja, sobretudo as associações religiosas que os legisladores monárquicos procuravam atingir de morte desde há muito, mas principalmente a partir dos princípios do século. Primeiro o governo de Hintze-Ribeiro⁵ que, aproveitando-se do caso Rosa Calmon⁶, mandou encerrar, por decreto de 10 de Março

¹ Sobre a situação jurídica da Igreja nos últimos tempos do regime monárquico consultar J. M. LOURENÇO, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra 1945, 88-93.

² Ver o que se diz, a este propósito, adiante, no ponto 2.4 deste trabalho.

³ O artigo 134.º do *Código penal* afirma que será punido «todo o ministro eclesiástico que (...) negar ou puser em dúvida os direitos da corôa acerca de matérias eclesiásticas».

⁴ Assim o estipulavam os decretos de 31 de Julho de 1833, que criava a Comissão de Reforma Geral Eclesiástica, e de 5 de Agosto do mesmo ano que extinguiu todos os padroados eclesiásticos, ficando o governo o único titular de tal privilégio. Cf. F. ALMEIDA, *HIP IV/1*, Coimbra 1917, 83-84.

⁵ Ernesto Rodolfo Hintze-Ribeiro (1849-1907), chefe do partido regenerador, encabeçou o governo de 1900 a 1904 e em 1906. Além dos manuais de história de Portugal, consultar *DHC* 6 (1912) 258-60; *GEPIB* 13 (s.d.) 229-31; *ELBC* 16 (1974) 569; *DHP* 3 (1971) 643; e J. B. CARREIRO, *Hintze-Ribeiro*, Ponta Delgada 1949.

⁶ Rosa Calmon, de 32 anos, era filha do cônsul brasileiro no Porto. Pretendendo entrar num convento, foi-lhe negada a autorização paterna, pelo que tentou fugir, em 1901, no que foi impedida pela população. Os jornais da época aproveitaram o facto para fazer escândalo e atacar a Igreja.

de 1901, várias casas religiosas, e estabeleceu, por decreto de 18 de Abril do mesmo ano, que nenhuma associação de carácter religioso poderia formar-se ou funcionar no país sem a prévia autorização do governo⁷. Depois a acção do gabinete presidido por Teixeira de Sousa⁸ que dissolveu a Congregação dos Padres Marianos de Aldeia da Ponte (12 de Setembro de 1910), e chegou a apresentar ao rei um decreto, que este não assinou, em que se mandavam encerrar todas as casas dos jesuítas em Portugal. No *Diário do Governo* de 4 de Outubro ainda foi publicada uma portaria que dissolia a comunidade dos padres da Companhia da rua do Quelhas⁹.

No combate à Igreja, orquestrado pelo partido republicano e sobretudo pelas organizações secretas da maçonaria¹⁰ e da carbonária¹¹, tiveram especial relevo alguns jornais da época, que deram vida a histórias sem um mínimo de veracidade, tudo aproveitando para minimizar e contradizer a acção católica, especialmente a acção das ordens religiosas, sabendo que por estas passava muito do vigor da Igreja portuguesa.

Este espírito, presente nos últimos anos da monarquia, transitou inteiro para a república implantada em 5 de Outubro de 1910, e que apareceu em Portugal ligada às associações secretas, a que pertenciam todas as figuras de primeiro plano do novo regime. Era, de resto, primeira finalidade da república combater o clericalismo que, segundo o parecer dos revolucionários, se havia formado em verdadeiro partido político que manobrava na sombra toda a acção monárquica¹². O desaparecimento do catolicismo era preconizado

⁷ Cf. F. ALMEIDA, *o.c.*, 452-53.

⁸ António Teixeira de Sousa (1857-1917), presidente do último governo monárquico (Julho-Outubro de 1910). Sobre a sua vida e obra consultar *DHC* 7 (1915) 74-76; *GEPB* 31 (s.d.) 58-59; *ELBC* 17 (1975) 583; *DHP* 4 (1971) 68-70; e A. MONTEIRO, *Conselheiro Dr. António Teixeira de Sousa* (= Pelo império 37), Lisboa 1937.

⁹ Cf. F. ALMEIDA, *o.c.*, 454-55.

¹⁰ Sobre a maçonaria em Portugal ver *ELBC* 12 (1971) 926-28, com abundante bibliografia; *DHC* 4 (1909) 679-84; *GEPB* 15 (s.d.) 793-804; *DHP* 2 (1971) 870-73, com bibliografia; M. B. GRAINHA, *História da franco maçonaria em Portugal (1735-1912)*, Lisboa 1913; DIAS DA CUNHA, *A maçonaria em Portugal*, Lisboa, 1930; JOSÉ CABRAL, *Sociedades secretas*, Lisboa [1936]; A. HOMEM DO CARMO, *A Maçonaria à cata do poder*, em *Brotéria* 28 (1939) 60-67; A. H. O. MARQUES, *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo* (= Participar 5), Lisboa 1975.; e GRAÇA e J. S. DA SILVA DIAS, *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Lisboa 1980.

¹¹ Consultar *ELBC* 4 (1966) 980-81, com bibliografia; *GEPB* 5 (s.d.) 867-68; *DHP* 1 (1971) 481-82, com bibliografia. Sobre a sua fundação por Luz de Almeida e a sua acção na revolução republicana ver R. MARTINS, *D. Manuel II. História do seu reinado e da implantação da república*, Lisboa 1931; e principalmente V. P. VALENTE, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, Lisboa 1976, 85-112.

¹² L. M. LIMA, *De la monarchie cléricale à la république laïque*, Lausanne, 1912, 18. Cf. ainda A. H. de O. MARQUES, *Afonso Costa*, Lisboa 1975, 36-37.

por um dos chefes republicanos no espaço de duas ou três gerações¹³. Um dos passos fundamentais para aí chegar seria a formação de uma Igreja nacional, totalmente desligada da jurisdição romana e fiscalizada em absoluto pelo poder civil¹⁴.

1.2. *As leis eversivas de 1910*¹⁵

A primeira medida, no sentido de alcançar os fins pretendidos, enfraquecendo a Igreja com a privação de alguns dos seus elementos mais destacados, foi emanada logo três dias após a tomada do poder, em 8 de Outubro, com o decreto que punha em vigor as leis de 3 de Setembro de 1759 e 28 de Agosto de 1767, sobre a expulsão dos jesuítas, de 28 de Maio de 1834, sobre o encerramento dos conventos de todas as ordens religiosas, e anulando o decreto de 18 de Abril de 1901.

Com esta medida o governo republicano varria do território nacional os membros da Companhia de Jesus e pretendia reduzir à secularização todos os outros religiosos e religiosas de nacionalidade portuguesa. A execussão do decreto não se fez sem alguma violência, sobretudo em Lisboa e nos outros grandes centros habitacionais, onde populares armados invadiram várias casas religiosas. Foram vítimas dos ânimos enfiurecidos, no Colégio dos Lazaristas, da Calçada de Arroios, um sacerdote francês e o padre Barros Gomes¹⁶, eminente silvicultor.

Muitos membros das congregações religiosas emigraram para a Europa e para o Brasil, enquanto outros se dispersaram, regressando muitos, sobretudo senhoras, para junto das famílias¹⁷.

¹³ Vários autores da época referem o célebre discurso de Afonso Costa. Ver, por exemplo, M. L. C. da SILVA, *Dez meses de governo do bispado do Porto*, Guimarães 1912, 28; M. A. da SILVA, *Cartas a um abade*, Braga 1913, 151. A afirmação foi repetida na sessão magna da maçonaria de 26 de Março de 1913, segundo J. M. LOURENÇO, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra 1945, 129-30, nota 2.

¹⁴ Cf. Sousa Gomes e Mendes Santos, Braga [1960], 25-28; *Voz da Verdade*, 28 Set. 1911, 460-61.

¹⁵ Todas estas leis foram publicadas no *Diário do Governo* e, grande parte delas, coligidas em volume por A. de OLIVEIRA, *Lei da separação. Subsídios para o estudo das relações do Estado com as igrejas sob o regime republicano*, Lisboa 1914. As leis mais importantes são comentadas por J. M. LOURENÇO, *o.c.*, 96-115.

¹⁶ Bernardino Barros Gomes (1839-1910). Ver *ELBC* 9 (1969) 723, com elenco das suas obras principais; *GEPI* 4 (s.d.) 310; J. M. de LIMA, *Uma vítima da revolução em Lisboa. Bernardino Barros Gomes*, em *Voz da Verdade* 27 Out. 1910, 678-80. O jornal legitimista *A Nação* de 6 Out. 1911 apresenta um extenso artigo sobre a morte dos dois sacerdotes, sob o título *Dois mártires*.

¹⁷ Sobre este assunto ver os jornais da época, entre eles *A Nação* (legitimista católico), *A Palavra* (católico) e *Voz da Verdade* (semanário católico). Sobre a Companhia de Jesus pode

O decreto não foi, no entanto, obra de exaltação momentânea. Era fruto de ideias há muito defendidas e propagadas pelos mentores da laicização, e começo de realização de um programa que teria o seu ponto máximo na introdução de tais disposições na Constituição da República¹⁸.

A este decreto seguiram-se outros, que não tiveram tanto impacto na opinião pública porque não buliam com a dimensão física das pessoas, mas nem por isso menos atentatórios dos direitos da Igreja. O decreto de 18 de Outubro aboliu todas as fórmulas de juramento religioso. O de 22 do mesmo mês extinguiu o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias, dum modo que não esconde sequer os sentimentos anti-religiosos do legislador, pois este emana a lei «para satisfazer o espírito liberal» e porque considera que «o ensino dos dogmas é incompatível com o pensamento pedagógico» a usar nas escolas.

No dia seguinte um novo decreto a anular as matrículas no 1.º ano da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, o que equivalia, a curto prazo, à extinção da escola. Mais tarde, a 14 de Novembro, suprimir-se-ia também da Faculdade de Direito a cadeira de direito eclesiástico. E, para que tudo o que cheirasse a cristão fosse definitivamente varrido da Universidade, foi suprimido o culto na respectiva capela (21 de Janeiro de 1911) dedicada à Imaculada Conceição, cujo dogma os doutores pela escola coimbrã juravam solenemente defender.

Em 26 de Outubro um novo decreto abolia os dias santificados e as festas religiosas. E, em 28 de Novembro, as forças do exército e da armada eram proibidas de participar nas solenidades religiosas.

ver-se J. CALDAS, *A corja negra (tosquia de um charlatão)*, Porto 1914, como protótipo do combate aos jesuítas; ARMANDO BOTELHO, *A defeza dos jesuitas por um liberal*, Porto 1881. L. G. AZEVEDO, *Proscritos. Notícia circunstanciada do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*, 2 vv., Valladolid 1911 — Bruxelas 1914; Id., *O jesuíta. Fases de uma lenda*, Bruxelas 1913; L. G. CABRAL, *Ao meu país. Protesto justificativo*, Madrid 1910. F. LIMA, *Restabelecimento dos jesuitas em Portugal*, em *Brotéria* 37 (1943) 113-125. Tem interesse ainda consultar os trabalhos de A. CASIMIRO, *Fastos da Companhia de Jesus restaurada em Portugal*, Porto 1930; *A actividade missionária da Companhia de Jesus restaurada em Portugal. 1861-1931*, Porto 1931; e *Expressão e actividade da Companhia de Jesus nos domínios de Portugal (1540-1940)*, Porto 1941; e os trabalhos de F. RODRIGUES, *Jesuitofobia*, Porto 1917; *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, Porto 21935; e *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto 1950. O *Diário do Governo*, 26 Dez. 1910, publicou uma estatística dos religiosos da Companhia na província de Portugal. Como exemplo da dispersão das religiosas pode ver-se A. P. RIBEIRO, *Irmã Maria de S. Francisco Wilson. Escritos biográficos* [s.l. e s.d.], dactilografado, sobre as Franciscanas de N. S. das Vitórias da Ilha da Madeira.

¹⁸ Cf. J. M. LOURENÇO, *o.c.*, 98.

Mas, para que se conseguissem todos os intentos premeditados, era necessário atacar a instituição basilar de qualquer sociedade — a família. Assim se fez, primeiro com o decreto de 3 de Novembro, que possibilitava, favorecia e até tornava irrenunciável¹⁹ o divórcio; depois com o chamado *decreto da família* de 25 de Dezembro — o dia não deve ter deixado de ser intencional —, que reduzia o casamento a «um contrato puramente civil».

1.3. O primeiro ataque à Jerarquia

Não deixaram os ditadores do novo regime de atacar a jerarquia sempre que para isso lhes surgia oportunidade. A primeira vítima foi o bispo de Beja²⁰ que tivera já litígios com os últimos governos monárquicos por causa da destituição do vice-reitor e de um professor do Seminário — os irmãos Ançã —, considerados indignos de exercerem tais cargos, quer pelo seu passado, quer pelas campanhas que lançaram contra o prelado, homem digno, que deixava atrás de si uma obra a todos os títulos meritória — as Oficinas de S. José, no Porto, onde recolhia menores abandonados que educava através do trabalho.

Quando entrou em Beja encontrou D. Sebastião os negócios eclesiásticos da diocese em deplorável estado, para o que concorreram as vacâncias prolongadas da Sé e a ausência quase permanente e a falta de espírito pastoral do seu antecessor²¹ que, em vinte e três anos que ocupou o benefício, não residiu na cidade mais de quatro. Por isso devotou-se o novo bispo a fazer a visita pastoral a toda a diocese e nesse trabalho, no concelho de Moura, o veio surpreender a revolução de 5 de Outubro. Em Beja a população, chefiada pelo padre Manuel Ançã, invadiu o paço episcopal, praticando toda a sorte de

¹⁹ Diz o art. 54.º do decreto: «É proibido estipular qualquer restrição à faculdade de divórcio, renunciar a ele ou impor-lhe qualquer penalidade em convenções ante-nupciais, disposições testamentárias ou doações».

²⁰ D. Sebastião Leite de Vasconcelos (1852-1923). Sobre a sua destituição a descrição mais equilibrada é a de F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Matosinhos 1921, 69-82. Veja-se ainda J. M. LOURENÇO, *o. c.*, 115-18; V. P. VALENTE, *O poder e o povo*, Lisboa 1976, 51; J. G. SERPA, *D. José do Patrocinio Dias*, Lisboa 1959, 46-48; e os jornais da época, entre eles *A Palavra* de 23 e 27 de Out. de 1910 e a *Voz da Verdade* de 27 de Out. e 3 de Nov. do mesmo ano. Sobre a obra de D. Sebastião antes de ser eleito bispo de Beja ver F. ALMEIDA *o. c.*, 69-82; *DHC* 7 (1915) 334-35; e *Homenagem ao bispo de Beja*, Porto 1908, publicação comemorativa da sua sagração episcopal.

²¹ D. António Xavier de Sousa Monteiro (1829-1906). Cf. F. ALMEIDA, *o. c.*, 67-69, J. G. SERPA, *D. José do Patrocinio Dias*, Lisboa 1959, 45-46; e *DHC* 6 (1912) 1992, com catálogo das suas obras literárias e musicais.

desacatos. O bispo resolveu, resolutamente, voltar a Beja mas, em Pias, foi convencido pelo pároco e pelo vigário da vara a pernoitar ali. Dado que se não podia garantir a sua segurança física na Diocese retirou-se para Espanha, tendo sido o cocheiro que o transportou contactado para o assassinar, o que o homem não aceitou. Chegado a Sevilha, e sabido que no regime monárquico era uso os bispos comunicarem as ausências, oficiou, em 15 de Outubro, ao ministro da Justiça a sua estadia em Espanha «para tomar algum descanso» e a confirmação no cargo de governador do bispado do seu vigário-geral. O governo tomou a comunicação como afronta e, por portaria de 21 de Outubro, suspendeu D. Sebastião de todas as temporalidades e declarou nulas as nomeações que ele fizera, baseando-se no facto de o bispo não ter pedido autorização para se ausentar, nem ter submetido à aprovação do governo a nomeação do governador do bispado. Em 25 de Novembro a secretaria da Justiça pediu a renúncia de D. Sebastião à mitra de Beja e este estava disposto a renunciar sim, mas nas mãos do Santo Padre. Todavia, como Pio X não aceitou, a sua resposta ao governo foi negativa.

Como os chefes políticos não mostravam nenhuma intenção de resolver o caso — antes o agravaram com o desterro do bispo do Porto da sua diocese, como adiante veremos —, os restantes bispos dirigiram, em princípios de Abril de 1911, uma exposição ao ministro da Justiça lembrando «as condições em que se encontra» D. Sebastião, «impedido de pessoalmente reger e pastorear o seu rebanho». Ainda desta vez a exposição serena dos bispos foi recebida como afronta. A carta foi publicada no *Diário do Governo* de 29 de Abril a anteceder o decreto que, abusivamente, destituía D. Sebastião Vasconcelos das funções de bispo, governador da diocese e administrador dos bens da mitra, e contra ele mandava instaurar um processo judicial por infracção ao art. 139.º, n.º 1 do Código Penal, pois que «estando suspenso do exercício das suas funções por portaria de 21 de Outubro de 1910, assinou a pastoral colectiva». Tal fundamento era inteiramente falso, porque a portaria invocada não suspendera o bispo do exercício das suas funções, mas tão somente das suas temporalidades. De qualquer modo D. Sebastião não mais pôde regressar a Portugal, sendo a administração apostólica da diocese pacense entregue aos cuidados do metropolitano de Évora. A Sé esteve vaga, uma vez mais por longos anos, até à entrada de D. José do Patrocínio Dias, em 1922.

2. Não nos podemos calar

2.1. O episcopado português em 1910

Aquando da revolução, todas as dioceses de Portugal continental se encontravam providas, havendo assim doze bispos residenciais, aos quais se devem juntar o cardeal Neto²², resignatário do patriarcado, o vigário geral da mesma diocese, arcebispo de Mitilene²³, o bispo coadjutor de Viseu e o arcebispo titular de Calcedónia²⁴, comissário geral da Bula da Santa Cruzada. Destes últimos, apenas o coadjutor de Viseu — que em breve ocuparia a Sé como titular — participou activa e colegialmente na luta que tiveram de travar os prelados residenciais. Das dioceses insulares, uma — a de Angra — encontrava-se vacante, e a outra — a do Funchal — tinha como prelado D. Manuel Agostinho Barreto²⁵ que faleceria em 1911. As dioceses ultramarinas encontravam-se providas, mas a relação com o governo foi marcada por posições substancialmente diferentes.

É certo que o episcopado português fora, todo ele, apresentado pela monarquia. Não se pode, porém, deduzir daí que estivessem os bispos apegados a um regime, como adiante teremos ocasião de comprovar. Nem tão pouco é verdadeira a referência, por vezes escrita, de que era um episcopado inerte, como, de resto, o vieram a testemunhar as atitudes decididas que cada um dos bispos teve de tomar. O que é certo é que muita da acção católica dos últimos anos da monarquia se fez sem a aprovação superior do episcopado, dado que tal acção resvalara para um sistema partidário, a que muitos bispos, inteligentemente, não deviam aderir. O *Centro nacional*

²² D. José Sebastião Neto (1841-1920), bispo de Angola e Congo e cardeal-patriarca de Lisboa. Sobre a sua vida e obra ver B. RIBEIRO, *O cardeal Neto. Esboço biográfico*, Braga 1928; F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 226-32 e 349-50; *DHC* 5 (1911) 41-42; *GEPB* 18 (s.d.) 638-39.

²³ D. José Alves de Matos (1855-1917). Ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/3, Coimbra 1922, 335-36; *GEPB* 16 (s.d.) 599.

²⁴ D. António Aires de Gouveia (1828-1916), personalidade controversa, várias vezes ministro de governos monárquicos, politicamente comprometido. Ver F. ALMEIDA, *o. c.*, 340-47; *GEPB* 1 (s.d.) 683-84, com elenco das suas obras literárias. Sobre a Bula da Santa Cruzada, sobretudo sobre a sua reforma, veja-se J. A. GUERREIRO, *Mons. Aloisi Masella e o arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes*, Évora 1968, 59-75.

²⁵ Sobre a vida e obra de D. Manuel A. Barreto ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 173-75.

católico, organizado com o conhecimento e a aprovação do bispo de Coimbra ²⁶ em 1894 para congregar numa estrutura supra-partidária todos os católicos portugueses, transformara-se no *partido nacionalista* que demagogicamente dividira os militantes católicos, pois muitos não podiam aceitar as suas posições fanáticas ²⁷.

Aclamada a República e aberta a luta religiosa por parte do regime ditatorial, cabia aos bispos tomarem uma posição prudente, pois necessitavam de saber até que ponto podiam contar com o clero e com os fiéis, partindo do princípio de que a Igreja defende o reconhecimento dos poderes constituídos.

2.2. *As primeiras instruções aos católicos*

O primeiro bispo a dar instruções precisas aos católicos, sobretudo ao clero, foi ainda D. Manuel Bastos Pina, aproveitando a ocasião de um incidente verificado entre um dos párocos da sua diocese e uma comissão paroquial republicana. Dirigindo-se a todos os padres da Igreja de Coimbra, em carta de 25 de Novembro de 1910, o prelado insistia nos meios que sempre empregara para «afastar o clero dos partidos e das lutas partidárias». Depois descia a normas muito concretas, convidando os párocos a fugir «quanto puderem de se envolverem nas grandes questões dos partidos políticos, limitando-se unicamente a votarem nas eleições em deputados amigos da religião e da Igreja, quaisquer que sejam os partidos a que pertençam». Reconhece ainda D. Manuel Bastos Pina que «se estas cautelas e votações foram necessárias na monarquia (...) mais necessárias são agora na república» ²⁸.

As instruções do prelado tiveram bastante influência na opinião católica, sobretudo nos meios afectos ao partido nacionalista, cujos membros começaram a ver que, mais que uma acção católica partidária, era necessária «uma larga união e organização dos católicos de todos os partidos no terreno comum da defesa religiosa» ²⁹.

²⁶ D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913). Ver M. GOMES, *D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra, conde de Arganil. Esboço biográfico*, Aveiro 1897; A. ZUQUETE *Nobreza de Portugal*, II, Lisboa 1960, 314-15; F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 119-28; DHC 1 (1904) 700-04 (vocabulo *Arganil, conde de*), com elenco de toda a bibliografia do prelado até 1897; URBANO DUARTE, *Perfil de D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra 1964.

²⁷ Cf. M. A. da SILVA, *Cartas a um abade*, Braga 1913, 79-97.

²⁸ Citado por M. A. da SILVA, *o. c.*, 242.

²⁹ M. A. da SILVA, *o. c.*, 243.

2.3. *A pastoral colectiva do episcopado*

Um mês depois da revolução estavam os bispos reunidos em S. Vicente de Fora em Lisboa e, perante as leis emanadas pelo governo provisório, acharam que «não podiam nem deviam continuar silenciosos e impassíveis em tão excepcional conjuntura»³⁰. Por isso, e conscientes da sua missão profética, resolveram, pela primeira vez na história do episcopado português, erguer a voz colegialmente, publicando uma pastoral colectiva. Assentes os termos que orientariam a acção episcopal, foi a redacção da pastoral entregue ao arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes³¹. O documento foi assinado por todos os bispos residenciais do continente e pelo coadjutor de Viseu, com data de 24 de Dezembro de 1910.

Os bispos começam por analisar as relações do Estado com a Igreja em Portugal através dos tempos, e por verificar que o fenómeno do sofrimento por parte do cristianismo não é novo. De resto, as causas da situação actual vêm de longe, bebendo a sua inspiração no positivismo, no determinismo, nas formas políticas anárquicas, na exaltação económica do colectivismo socialista e na negação de «toda a religião positiva e até da religião natural»³².

A ciência substituiu a fé. Porém — observam os bispos — a aspiração ao infinito, o *crer* é ingénito no homem. Daí, «toda a tentativa anti-religiosa é anti-social. E é também anti-nacional e anti-patriótica»³³.

Abordando, depois, o problema da educação, afirmam que esta nunca existe sem moral, nem a moral sem religião. De todas as religiões, a que melhor «resolve o problema da conciliação entre a liberdade e dignidade humana e o respeito à autoridade» é o catolicismo, pois para este «a autoridade, em tese, é de origem divina»³⁴. De facto — observam os bispos — a Igreja católica manda obedecer à autoridade civil, embora tal obediência deva ser «condicionada e

³⁰ *Pastoral colectiva*, 3 (citarei PC). Havendo várias edições deste documento episcopal, é dado que este nos não apresenta quaisquer divisões internas, eu citarei o número da página da edição de Lisboa de 1911.

³¹ M. de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa 21948, 353. Sobre D. Augusto Eduardo Nunes (1849-1920) ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Matosinhos 1921, 161-66; J. A. GUERREIRO, *Mons. Aloisi Masella e o arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes. 1910-1920*, Évora 1968; *DHC* 5 (1911) 146-47; e *ELBC* 14 (1973) 385, com elenco da bibliografia principal.

³² PC, 7.

³³ PC, 8.

³⁴ PC, 9.

subordinada» à soberania divina, porque «acima de todas as leis humanas está o eterno princípio do justo: *Lex injusta, nulla lex*». Por esta razão não pode uma lei injusta «obrigar em consciência»³⁵.

Seguindo os ensinamentos do magistério pontifício que, a partir da revolução francesa e sobretudo da *Solicitududo ecclesiarum*³⁶ de 5 de Agosto de 1831, do papa Gregório XVI, se proclamara acima de qualquer forma de governo, pois não é à Igreja que cabe decidir da sua legitimidade ou não, os bispos portugueses afirmam que a doutrina católica nada tem a ver com as instituições governativas. Os católicos podem ter as suas preferências; a Igreja, como tal, não.

Descendo ao campo do concreto, exprimem-se a favor de um acatamento das novas instituições, obedecendo às determinações governamentais «em tudo o que não for contrário à consciência»³⁷. A restrição tem as suas razões porquanto a legislação emanada do governo, até este momento, não só é «acatólica» mas também «anti-católica»³⁸. Basta recordar o abolimento do juramento religioso, a extinção das ordens religiosas com prescrição da Companhia de Jesus, a lei do divórcio e a proibição do ensino religioso nas escolas. Todas essas leis foram proclamadas por uma minoria, sem se atender à vontade da quase totalidade do povo. Assim — referem os bispos — as estatísticas de 1900 davam em Portugal continental e insular uma população de 5 416 204 católicos num total de 5 423 132 habitantes. Portanto, em 1900, apenas declararam não seguir o catolicismo 1,28 por mil da população³⁹.

Por tais razões não podem deixar os bispos de desaprovar cada uma das leis emanadas pelo governo e que atingem a liberdade e autoridade da Igreja. Desaprovam a extinção das ordens e congregações religiosas, não que estas sejam essenciais à vida da Igreja, mas porque reconhecem os seus préstimos no ensino, nas obras beneficentes e na acção missionária. Temem pela dependência do Ultramar sem a presença dos missionários portugueses.

³⁵ PC, 10.

³⁶ A constituição apostólica, embora não refira directamente o caso português, foi emanada para resolver a situação de impasse diplomático que se criara com as lutas entre D. Miguel I e D. Pedro IV.

³⁷ PC, 12.

³⁸ PC, 12.

³⁹ PC, 13. A quase totalidade dos portugueses eram católicos. Porém, havia uma boa percentagem de anti-cleiciais, sobretudo porque alguns clérigos, principalmente religiosos, haviam enfileirado na demagogia do partido nacionalista.

Desaprovam a abolição do juramento religioso e dos dias santificados, porque tais leis ofendem «o sentimento religioso»⁴⁰ da maioria dos cidadãos.

Desaprovam a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais, e o encerramento da Faculdade de Teologia de Coimbra, porquanto a escola neutra é «um erro e um perigo»⁴¹ e ninguém pode suprimir aos pais o direito e o dever de educarem os seus filhos⁴².

Desaprovam e condenam a lei do divórcio por três motivos: porque é inconciliável com a lei divina; porque traz graves danos à educação e ao futuro da prole; porque é o primeiro passo «para a denominada *reabilitação da carne*, para o amor livre»⁴³.

A situação religiosa que se vive em Portugal depois da proclamação da república impõe ao clero e aos fiéis alguns deveres principais: encarar com serenidade os acontecimentos; aceitar a tribulação como vinda das mãos de Deus «que do mal tira o bem»⁴⁴; obedecer à Igreja, mais, amar a Igreja como se deve amar a Pátria, porque, «depois do nome de *católicos* nenhum cognome nos seja mais caro que o de portugueses»⁴⁵; viver da fé, pois deve ser ela «a inspiradora de todas as manifestações da nossa actividade»⁴⁶. Em relação à fé têm os católicos três deveres: conservá-la no íntimo da alma; professá-la corajosamente em público; propagá-la e defendê-la das agressões dos ímpios e dos sectários.

É ainda dever dos católicos viverem unidos, que «a união faz a força»⁴⁷. É necessário conformar as acções com a fé; é necessário deixarem-se guiar pelos bispos e sobretudo pela Santa Sé «não só no que se refere à fé e à moral, mas também no referente à vida pública e aos deveres sociais»⁴⁸. Isto não quer dizer, no entanto, que os católicos não possam escolher este ou aquele partido, embora devam ter presentes duas regras que os devem orientar na vida social: «1.º — não devem jamais cooperar, admitir a menor cumplicidade nem sequer dar aprovação a coisa alguma que signifique ou origine hostilidade ao catolicismo; 2.º — devem procurar, por todos os meios legais e honestos, favorecer, na medida da sua possibilidade, a causa

⁴⁰ PC, 15.

⁴¹ PC, 17.

⁴² Cf. LEÃO XIII, Carta encíclica *Sapientiae Christianae*, 10 de Janeiro de 1890.

⁴³ PC, 20.

⁴⁴ PC, 21.

⁴⁵ PC, 22.

⁴⁶ PC, 23.

⁴⁷ PC, 24.

⁴⁸ PC, 25.

da religião e Igreja católica, e, unidos em um terreno comum, empenhar esforços para remover da legislação tudo o que à mesma causa seja contrário»⁴⁹.

Outro dever dos católicos é o de votarem «em candidatos que ofereçam garantias» de defesa dos interesses da religião e da Igreja católica, «sejam quais forem os partidos políticos a que pertençam»⁵⁰.

Devem, além disso, proteger a imprensa católica⁵¹. Os jornalistas devem ser graves na linguagem, imparciais nas opiniões e prudentes nos juízos «sobre as pessoas e os acontecimentos e na escolha dos assuntos e na maneira de os versar»⁵². Devem evitar polémicas irritantes, pois a sua missão é informar, esclarecer e persuadir.

Acima de todas estas obrigações têm os católicos o dever da caridade. A lei evangélica obriga-nos «a amar até os que nos odeiam e perseguem»⁵³.

Aos sacerdotes, como «dispensadores dos mistérios de Deus», cabem alguns deveres especiais: 1) ensinar a doutrina na pregação, na homília, na catequese; 2) atrair à catequese grande número de crianças e adultos, tornando «as verdades da fé, quanto possível, acessíveis às inteligências, que não só à memória»; 3) promover social e humanamente as gentes que lhes estão confiadas. De facto devem os padres e os leigos «tomar sumamente a peito os interesses do povo, particularmente os dos operários e jornaleiros agrícolas, não só infiltrando-lhes nos corações o princípio religioso (...), mas diligenciando enxugar-lhes as lágrimas, suavizar-lhes as fadigas, melhorar-lhes a condição económica, trabalhando, enfim, para que no mundo reine a justiça e a caridade»⁵⁴.

2.4. *A pastoral e o beneplácito*

As últimas instruções da pastoral colectiva, depois de manifestada a unidade de todos com o bispo de Roma, são ainda dirigidas aos párocos, no sentido de «darem na missa (...) as orações *pro*

⁴⁹ PC, 26.

⁵⁰ PC, 26.

⁵¹ Os bispos têm uma visão rasgada e aberta das possibilidades e da importância da imprensa na sociedade contemporânea.

⁵² PC, 27.

⁵³ PC, 28.

⁵⁴ PC, 29-32.

quacumque tribulatione»⁵⁵ e de lerem aos seus paroquianos, na missa conventual, a mesma pastoral, devendo explicá-la com toda a calareza.

A impressão do documento, assinado em 24 de Dezembro de 1910, foi entregue à impressora diocesana da Guarda (embora tenham sido feitas outras edições por todo o país) que, nos últimos dias de Fevereiro de 1911, tinha enviado para todas as dioceses as quantidades pedidas. No entanto, nem todos os párocos receberam o seu exemplar porque muitos foram desviados pelas autoridades civis⁵⁶.

Na diocese da Guarda a leitura foi feita em todas as paróquias nos penúltimo e último domingos de Fevereiro⁵⁷. Nas restantes dioceses, muitos párocos leram e outros se aprestavam para ler o documento no primeiro domingo de Março, quando disso foram proibidos e intimados pelo poder civil.

De facto, no dia 3 de Março, o ministro da Justiça enviou a todos os bispos do continente (excepto o de Beja que, como vimos, estava ausente em Espanha) um telegrama em que lhes comunicava que o conselho de ministros resolvera «negar o beneplácito à pastoral colectiva (...) recentemente distribuída sem autorização do poder civil por vários párocos do país», juntando que alguns desses párocos estavam já sob a alçada da lei. Pede, no final, o ministro, que lhe seja comunicada a atitude que cada bispo tomará perante o problema.

Na mesma data foi enviado outro telegrama aos governadores civis, de idêntico conteúdo, mas contendo mais dois pormenores: devem informar o ministro da «atitude actual dos bispos, antes e depois da recepção do telegrama»; e comunicar no seu distrito que «ficarão excluídos de qualquer benefício material (...) os bispos e padres que persistirem na atitude de revolta contra o poder civil»⁵⁸.

E, para obstar à leitura da pastoral, o governo, através da autoridade policial distrital, intimou várias tipografias a não imprimirem o documento, bem como diversas revistas a não o inserirem nas suas páginas, sob pena de serem suprimidas. Com efeito, nenhuma revista ou jornal católico se achou com coragem de furar a intimação e publicar o texto dos bispos.

⁵⁵ PC, 34.

⁵⁶ O patriarca D. António Mendes Belo, no ofício que dirigiu ao ministro da Justiça em 4 de Março de 1911, afirma que «muitos párocos não leram (a pastoral) nem podiam ler porque (...) foi impedida a circulação e curso dos respectivos exemplares que lhes eram destinados».

⁵⁷ Cf. J. A. FERREIRA, *Notas biográficas do Exm.º Senhor D. Manuel Vieira de Matos*, Famalicão 1927, 30.

⁵⁸ Ambos os telegramas foram transcritos na *Voz da Verdade*, 9 de Março de 1911, 112.

Estes responderam todos ao telegrama do ministro. Excepto os prelados do Porto e da Guarda (que pediu ilação de tempo), todos comunicaram que iriam mandar suspender a leitura. Dos onze bispos residenciais em funções, quatro deram a entender a necessidade de uma reunião do episcopado para aí se «resolver um procedimento uniforme»⁵⁹. Ainda quatro prelados denunciaram a ilegalidade do procedimento ministerial, pois o «beneplácito nunca foi exigido para as pastorais dos prelados (...) senão quando publicam documentos da Santa Sé»⁶⁰.

A pretensão destes bispos não era exacta pois o beneplácito existia em Portugal pelo menos desde D. Pedro I (1357-1367), tendo sido ampliado no tempo de D. João V (1706-1750) e de D. Maria I (1777-1816), e mantido pelas Constituições de 1822 e 1838, bem como pela Carta constitucional de 1826. Porém, como a legislação não era muito clara⁶¹, o beneplácito não era posto em prática no caso das pastorais dos bispos.

Durante o mês de Março os prelados reuniram-se e enviaram, no dia 31, uma carta ao ministro da Justiça, que seria publicada no *Diário do Governo* de 20 de Abril seguinte. Nesta carta insurgem-se os bispos, de modo subtil, contra a recusa do beneplácito, pois na sua pastoral «não se revoltam contra as providências decretadas pelo governo do Estado, manifestam apenas a sua mágoa pelos efeitos que algumas dessas medidas podem produzir nas crenças, nas tradições e nos costumes religiosos». Os prelados não são — como o afirmam — contra o progresso, pois enquanto defendem «a fé católica e as verdades da religião (...) tratam também, como cidadãos, de aplaudir e auxiliar tudo quanto vise o aperfeiçoamento social». Daí o seu empenho «para que lhes seja reconhecida e acatada a justa liberdade da sua acção espiritual».

O governo não deu, nem a esta nem a outras cartas, qualquer resposta. Seria abrir a oportunidade a uma troca de ideias que não convinha aos governantes, receosos do poder intelectual do episcopado.

⁵⁹ Da resposta de D. António Barroso.

⁶⁰ Todos os telegramas e ofícios dos prelados foram publicados em *Voz da Verdade*, 9 de Março 1911, 112-116.

⁶¹ J. M. LOURENÇO, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra 21945, 90. Sobre o beneplácito podem ver-se notícias em *DHP* 1 (1971) 328-29; e em *ELBC* 3 (1965) 1062-63. Para um estudo mais aprofundado e necessária a leitura de F. ALMEIDA, *HIP* IV/2, Coimbra 1922, 227-45; R. COELHO, *O beneplácito*, Braga 1884; CONDE DE SAMODÃES, *A reforma da Carta e o beneplácito régio*, Porto 1885; PLÁCIDO DE FIGUEIREDO, *Pastorais e Portarias! Quem tem razão?*, Lisboa 1884; e M. O. C. e CASTRO, *O beneplácito régio em Portugal*, Coimbra 1885.

2.5. A destituição do bispo do Porto

O bispo do Porto, D. António de Sousa Barroso ⁶², procedeu de modo mais duro do que qualquer outro dos prelados. Em consequência do que se tratara na reunião do episcopado em Lisboa e do estabelecido no último parágrafo da pastoral colectiva, ele comunicou aos párocos que deviam ler o documento no dia 26 de Fevereiro de 1911. Alguns sacerdotes, no entanto, foram intimados, na manhã desse domingo, a não fazerem a leitura, sob pena de caírem sob a alçada da lei. D. António Barroso, sabendo disso, comunicou ao seu clero, em 2 de Março (quinta-feira), através dos arciprestes, que seriam suspensos os padres que no domingo seguinte não dessem «conhecimento do conteúdo da referida pastoral aos seus paroquianos» ⁶³. No dia imediato (sexta-feira) expediu o ministro da Justiça o telegrama acima mencionado, negando o beneplácito à pastoral. O prelado respondeu ainda nesse dia, afirmando que ia «recomendar aos párocos da cidade que suspendam a leitura da pastoral». No dia 4 (sábado), o ministro, não satisfeito com a resposta de D. António Barroso, voltou a telegrafar, querendo saber se a ordem de suspensão da leitura fora feita apenas aos párocos da cidade ou a todos os párocos do bispado. Como não houvesse resposta enviou o ministro um terceiro telegrama «urgentíssimo», expedido de Lisboa, já na madrugada de 5 de Março (domingo), comunicando que tivera notícias de vários pontos do bispado, não concordantes com a sua proibição. Nessa mesma madrugada respondeu o prelado, confirmando que não pudera prevenir os párocos fora da cidade, mas que iria «dar essa ordem» aos que pudesse.

A quase totalidade dos párocos fez a leitura, e D. António Barroso foi notificado para se apresentar em Lisboa. Para aí partiu no dia 7. Na capital, ao saber-se da viagem de comboio do prelado

⁶² Sobre D. António Barroso (1854-1918), bispo de Moçambique, Meliapor e Porto, ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 308-19, 440-41, 456-59; A. F. PINTO, *D. António de Sousa Barroso. No primeiro aniversário do seu falecimento*, Porto 1919; ID., *D. António de Sousa Barroso*, Porto 1941; ID., *O cabido da Sé do Porto. Subsídios para a sua história* (= Documentos e memórias para a história do Porto 6), Porto 1940, 53-62; ID., *In memoriam. D. António Barroso*, Porto 1931; ID., *Gratidão e justiça*, Porto 1947; S. O. BRÁS, *Esboço biográfico de D. António Barroso*, Porto 1921; A. BRÁSIO, *D. António Barroso. Missionário, cientista, missiólogo*, Lisboa 1961; A. CUNHA, *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso*, Lisboa 1938; A. S. SOARES, *António Barroso, bispo do Porto*, Porto 1955; *DHC* 2 (1906) 192-94. Sobre o facto da sua destituição e desterro é fundamental M. L. C. da SILVA, *Dez meses de governo do bispado do Porto (Março a Dezembro de 1911)*, Guimarães 1912.

⁶³ M. L. C. da SILVA, *o. c.*, 8.

portuense, juntara-se grande multidão que lhe queria fazer uma manifestação hostil. Sabendo das intenções da população, o Governo fê-lo desembarcar em Campolide, viajando dali, em automóvel, para o ministério da Justiça. Reconhecido antes de aí chegar, foram arremessadas algumas pedras contra o carro, pelo que o condutor seguiu de imediato para a vivenda particular de Afonso Costa⁶⁴, titular da pasta da Justiça. Aqui foi o prelado submetido a um largo interrogatório levado a cabo pelo procurador geral da república, Manuel de Arriaga⁶⁵ e seu adjunto, António Macieira⁶⁶. Estes, em conferência com Afonso Costa, foram de opinião que o prelado não continuasse nas suas funções. O Conselho de Ministros reuniu nesta mesma noite, «examinou todos os documentos relativos à pastoral, referentemente ao bispado do Porto; tomou em consideração o parecer especial da procuradoria geral da república (...); ouviu ler o depoimento do bispo do Porto»⁶⁷... e lavrou um decreto com data de 8 de Março, e que sairia no *DG* do dia 9, destituindo o prelado.

Decretava o Governo Provisório que a Sé do Porto era considerada vaga «para todos os efeitos legais», e o cabido devia proceder como se «a vacância do bispado resultasse de falecimento». O Cabido, porém, não podia aceitar tal determinação, pelo que, em reunião de 11 de Março, oficiou ao ministro da Justiça, declarando que não podia nomear vigário capitular, como se o bispo houvesse falecido, mas nada obstava a que reconhecesse como governador do bispado o deão Coelho da Silva⁶⁸, que era, aliás, a pessoa indicada pelo bispo da diocese. O governo aceitou a resposta, recuando visivelmente nos seus intentos. Era, de facto, sua intenção nomear ou impor como

⁶⁴ Falearei mais detalhadamente deste personagem central do processo anti-religioso, adiante, quando tratar da Lei da separação.

⁶⁵ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1840-1917), primeiro presidente da república (1911-1915). *ELBC* 2 (1964) 1331-32; *GEPB* 3 (s.d.) 358-60, com elenco das obras do estadista; *DHC* 1 (1904) 748-49; *DHP* 1 (1971) 207, com indicações bibliográficas. Para se conhecer a sua obra como presidente deve ler-se o seu *Na primeira presidência da república. Um rápido relatório*, Lisboa 1916.

⁶⁶ António Caetano Macieira Júnior (1875-1918), ministro da Justiça (Nov. 1911-Jul. 1912), sendo, por isso, responsável directo pelo desterro de quase todos os bispos. Cf. *GEPB* 15 (s.d.) 784.

⁶⁷ Cf. *Voz da Verdade*, 9 de Março de 1911, 117.

⁶⁸ D. Manuel Luís Coelho da Silva (1859-1936), depois bispo de Coimbra. Sobre a sua actuação no governo do bispado do Porto é fundamental o seu livro *Dez meses de governo do bispado do Porto*, Guimarães 1912. Para o tempo da permanência em Coimbra é essencial o *Boletim da diocese de Coimbra* publicado a partir de Abril de 1915. Ver ainda F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 128-38; A. ZUQUERE, *Nobreza de Portugal*, II, Lisboa 1960, 315-16; *GEPB* 7 (s.d.) 57, com elenco das suas obras principais.

vigário capitular o eclesiástico Mendes dos Remédios⁶⁹, professor da Universidade de Coimbra.

D. António Barroso fixou residência, primeiro em Cernache do Bonjardim, no Colégio das Missões Ultramarinas, depois em Remelhe (Barcelos), tendo-lhe o governo atribuído uma pensão anual, como recompensa dos bons serviços prestados como missionário e prelado ultramarino. O bispo do Porto não aceitou a injúria.

De nada valeram, como no caso do bispo de Beja, os esforços dos outros prelados no sentido de o governo o deixar regressar à orientação dos destinos da sua diocese; nem as vozes dos católicos, e mesmo de alguns republicanos, que começavam de erguer-se contra a ditadura, através sobretudo da imprensa regional, conseguiram demover o ministério provisório. É que os homens do governo tinham o seu plano de destruição do catolicismo e todas as ocasiões eram propícias para o pôr em prática.

2.6. *Os abusos do registo civil*

Uma dessas ocasiões foi a criada pela instituição do registo civil obrigatório, pelo decreto de 18 de Fevereiro de 1911. Não que alguma vez a Igreja considerasse mal ou contestasse o direito atinente ao Estado de registar civilmente os actos essenciais da vida de todos os cidadãos: o nascimento, o casamento, a morte. O que pode ser reprovável — como o era no caso português — é a maneira como tal serviço se organiza, com encargos onerosos para os cidadãos e criando incompatibilidades com outros direitos de consciência, como são os de carácter religioso⁷⁰.

De facto, o novo decreto fazia exigências desnecessárias e que, colidindo com deveres religiosos dos católicos, tomaram uma feição nitidamente persecutória. Estavam neste caso a obrigação de apresentação do boletim ou certidão civil para se poder celebrar o baptismo, realizar o matrimónio ou acompanhar o funeral, não se vendo razão para que se legislasse de tal modo. Pois se o Estado não reconhecia valor social nem jurídico aos actos religiosos, não se entendia com que direito interviesse na liberdade da sua prática.

⁶⁹ Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932), doutor pela Fac. de Teol. de Coimbra, reitor da mesma universidade, grande estudioso da língua e literatura portuguesas. Ver *GEPB* 16 (s.d.) 890; *ELBC* 16 (1974) 265.

⁷⁰ Cf. J. M. LOURENÇO, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra 1945, 108-15.

Tal inconsequência da lei deu os piores resultados, sobretudo por causa do preço elevado do serviço de registo civil. Religiosamente sentiu-se o seu efeito no grande número de pessoas que deixaram de celebrar o matrimónio, porque o não podiam fazer sem o prévio registo civil, e este nem sempre estava ao alcance das bolsas dos mais pobres.

Atentatório dos direitos dos cidadãos é o legislado sobre os funerais, chegando o artigo 269.º a estabelecer que «não poderão ter carácter público diferente, pelo facto de serem civis ou religiosos, considerando-se como não escritas quaisquer delcarações que o falecido tenha deixado em contrário»!!!

Mas o que maior confusão criou entre as gentes simples e menos esclarecidas, sobretudo nos meios rurais, onde as ordens do Governo eram cumpridas religiosamente, mais por medo que por convicção, foi o artigo 111.º que, maliciosamente, introduziu na legislação os termos de «padrinho» e «madrinha» para designar as testemunhas do registo de nascimento ou de casamento, termos esses que, até à data, se empregavam apenas para aqueles que testemunhavam as cerimónias religiosas do baptismo e do matrimónio. Para as gentes que, de religião, tinham pouco mais que o ritualismo, esta legislação equivalia à equiparação ou à confusão do registo de nascimento com o sacramento do baptismo, ou do casamento com o matrimónio.

Não deixaram os jornais católicos de dar os devidos esclarecimentos a este respeito, nem os bispos deixaram passar a ocasião para denunciarem a ambiguidade e os abusos em que se caíra. A esta tarefa se dedicou corajosamente o patriarca de Lisboa⁷¹, que já em 7 de Março de 1911 dirigia um ofício ao ministro da Justiça, onde procurava demonstrar os inconvenientes resultantes do decretamento da prioridade do registo civil em relação aos actos religiosos. Esta prioridade — segundo a opinião de D. António Belo — poderia produzir graves transtornos e tristes consequências, pois o legislador não tivera sequer em conta a administração do baptismo em perigo de vida ou mesmo a celebração do matrimónio *in articulo mortis*⁷².

⁷¹ D. António Mendes Belo (1842-1929), bispo do Algarve e patriarca de Lisboa. Ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 232-37. Para o tempo da sua estadia no Algarve a melhor fonte de informação é F. X. A. OLIVEIRA, *Memórias para a história eclesiástica do bispado do Algarve*, Porto 1908. Para a sua estadia e acção em Lisboa é essencial *Vida Católica*, órgão oficial do patriarcado, publicado a partir de 1915. Bons resumos biográficos em *Novidades* (diário católico) de 5 e 6 de Agosto de 1929, e em *Estudos* 8 (1929-30) 158-68.

⁷² A legislação previa, no entanto, a não apresentação do boletim ou certidão de registo civil (artigos 202.º e 317.º) embora não dispensasse, de modo algum, o registo prévio.

Mais vigoroso e incisivo foi o ofício do mesmo prelado ao ministro da Justiça, em 18 de Julho do mesmo ano, e que testemunha bem os abusos em que se caiu na aplicação da lei de 11 de Fevereiro. Assim, refere o patriarca o facto de muitos párocos estarem a ser vítimas de «desrespeitos, descon siderações e ameaças por parte de alguns seus paroquianos, e até daqueles que, nos seus concelhos ou freguesias, estão incumbidos do desempenho das funções inerentes à autoridade pública». Menciona, em seguida, casos em que os baptis mos se não realizaram porque os funcionários do Registo Civil se recusavam a dar o respectivo boletim aos interessados, chegando «a ameaçar de prisão os pais da criança (...) se se dirigirem à igreja para realizar o baptismo da mesma».

O protesto de D. António Belo estende-se ainda à lei que proíbe a veste talar e as vestes litúrgicas no acompanhamento dos funerais e na administração do Viático.

Mas, como das demais vezes, o ofício do patriarca serviu apenas para se amontoar nos arquivos do ministério. O governo não queria, declaradamente, qualquer forma de diálogo com os membros da jerarquia.

3. Sob o regime da separação

3.1. *Duas notas prévias — a posição dos bispos e o passado do legislador*

Apenas proclamada a República, a ninguém restaram dúvidas de que o novo regime iria provocar a separação do Estado com a Igreja. Toda a propaganda republicana, pensada e amadurecida nas lojas maçónicas e nas barracas e vendas da carbonária, levava indubitavelmente a essa posição. Entenderam-no os bispos, de tal modo que, logo em Novembro de 1910, enviaram ao Governo da República uma *Nota colectiva*⁷³ sobre alguns pontos possíveis da futura lei. Esta — no entender dos prelados — devia «garantir o livre exercício do culto católico, regulando-se a Igreja por leis próprias». À Igreja seria reconhecida personalidade jurídica «quanto ao domínio

⁷³ Esta *Nota colectiva* foi publicada, pelo menos em parte, pelo *Correio da Beira* (semanário de Viseu) de 2 de Agosto de 1911, de onde a transcreveu *Voz da Verdade* de 31 do mesmo mês, p. 410.

e posse de seus bens», e ser-lhe-ia entregue «o produto proveniente da desamortização dos bens das corporações religiosas suprimidas ou extintas e destinado à sustentação do culto e do clero».

Enquanto não fosse efectivada a entrega «do produto proveniente da referida desamortização», o Estado garantiria «as cóngruas e subsídios ou vencimentos actuais aos ministros e empregados do culto», bem como as pensões aos resignatários e aposentados.

No caso de alguns bens eclesiásticos virem a ser «desamortizados ou aplicados a outros fins», não seriam incluídos nesse número, além das igrejas paroquiais e capelaas públicas, os edifícios dos seminários, paços episcopais e residências paroquias.

O padroado «com as suas prerrogativas» seria abolido, embora devesseser atendidas as circunstâncias especiais de cada diocese ultramarina.

Porém, do legislador — o ministro da Justiça, Afonso Costa ⁷⁴ — não se podia esperar uma separação que não fosse totalmente hostil, dentro do esquema do jurisdicionalismo liberal que grassava por toda a Europa e dera já os seus primeiros frutos em Itália e, sobretudo, em França, e se preparava para atravessar o Atlântico, à conquista de novos seguidores que teriam os seus mais acérrimos partidários nos legisladores mexicanos, com a lei de 1917.

Para avaliar das intenções do ministro português basta recordar o trabalho que apresentou no acto das conclusões magnas na Faculdade de Direito de Coimbra ⁷⁵, em 1895. Depois de criticar severamente a *Rerum Novarum* ⁷⁶ e o catolicismo social, faz profissão de fé socialista, manifestando declarada simpatia pelo marxismo, embora a sua opção se dirija para o *socialismo integral* de Malon ⁷⁷, a que ele chama

⁷⁴ Para se conhecer o pensamento de Afonso Augusto da Costa (1871-1937) é fundamental a leitura dos seus *Discursos Parlamentares. 1911-1914*, ao cuid. de A. H. O. MARQUES, Lisboa 1976. Ver ainda as biografias escritas por A. H. O. MARQUES, *Afonso Costa*, Lisboa 1975; e A. GUIMARÃES, *A verdade sobre Afonso Costa*, Lisboa 1933. Podem ver-se ainda bons resumos biográficos em *GEPB* 7 (s.d.) 554-56; e em *DHP* 1 (1971) 721-22, este com o mérito de indicar abundante bibliografia.

⁷⁵ A. COSTA, *A Igreja e a questão social*, Coimbra 1895. Excertos publicados por A. H. O. MARQUES, o. c., 272-83. A tese foi imediatamente contestada por F. ALMEIDA, no livro *A questão social. Reflexões à dissertação inaugural do sr. Dr. Afonso Costa*, Coimbra 1895, bem como por outros autores, entre eles o padre Dr. Luís Maria da Silva Ramos, em artigos publicados na *Revista Contemporânea*.

⁷⁶ Afirma, a propósito da encíclica de Leão XIII, que são «ínúteis, inoportunas, antiquadas e perigosas — as doutrinas; egoistas e muito retrógradas — os motivos; incorreta — a forma; não científica — a ideia». Transcrito por A. H. O. MARQUES, o. c., 283.

⁷⁷ Benoit Malon (1841-1893), escreveu, entre outras obras, *Le socialisme intégrale*, 2 vv, Paris 1890-1892, onde defende uma socialização integral, mas gradual e pacífica.

*integralismo*⁷⁸. O *socialismo integral* — defende Afonso Costa na sua obra — estabelecerá algumas alterações de fundo na «organização actual». Entre elas, «a abolição das côngruas e das despesas com os ministros de qualquer religião, com separação das Igrejas e do Estado e a substituição das festas religiosas por festas cívicas de um alto carácter moral».

Vinha assim amadurecendo no seu espírito, havia mais de 15 anos, um separatismo hostil, bebido nas leituras dos jurisdicionais liberais, e que se apressou a pôr em prática mal teve nas mãos as rédeas do poder. As leis emanadas a partir de 8 de Outubro eram disso um indício mais que certo.

3.2. A letra da lei

A *lei da separação do Estado das Igrejas*, com data de 20 de Abril de 1911, foi publicada no DG do dia seguinte⁷⁹. Embora o seu autor promettesse obra original, não conseguiu fugir ao figurino da lei francesa de 11 de Dezembro de 1905, nem sequer naqueles pontos em que o governo de França havia já retrocedido claramente, como acontecera com o problema das cultuais.

A esta conclusão se chega facilmente pela análise interna da lei⁸⁰. Embora no artigo primeiro seja reconhecida a «liberdade de consciência», o art. 2.º apressa-se a reduzir a Igreja a simples agremiação particular». Consequentemente foi retirada a personalidade jurídica aos representantes da hierarquia eclesiástica e suprimiu-se o encargo das despesas do culto por parte do Estado (artigos 4.º e 5.º). O culto foi restringido ao interior dos templos (art. 8.º) e à duração do nascer ao pôr do sol (art. 43.º). Proibiu-se o uso da veste talar (art. 176.º). Dissolveram-se as associações de piedade e beneficência (art. 40.º).

Privada de personalidade jurídica, era necessário esbulhar também a Igreja dos seus bens, adquiridos antes ou depois da expoliação de 1834.

⁷⁸ Este *integralismo* nada tem a ver com o *integralismo lusitano*, movimento sócio-político que surgiu em Portugal no começo do século xx, de orientação nacionalista e de tendência organizativa corporativista, que desembocou no Estado Novo. Sobre o *integralismo lusitano* pode ver-se F. de VIDE, *O pensamento integralista*, Lisboa 1923; *DHP* 2 (1971) 556-60, com abundante bibliografia; PAULO DURÃO ALVES, *Dois nacionalismos*, em *Brotéria* 9 (129) 171-17; FERNANDO CAMPOS, *A genealogia do pensamento nacionalista*, Lisboa 1931; e LEÃO RAMOS ASCENSÃO, *O integralismo lusitano*, Porto 1948.

⁷⁹ Os artigos principais foram publicados em francês por Z. GIACOMETTI, *Quelen zur Geschichte der Trennung von Staat und Kirche*, Tübingen 1926, 412-18.

⁸⁰ Cf. J. M. LOURENÇO, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra 1945, 126-93.

Doravante tudo passará a ser «pertença e propriedade do Estado», depois de devidamente arrolado e inventariado (art. 62.º). Porém cediam-se, gratuita e provisoriamente (art. 93.º), os templos e as alaias, «na medida do estritamente necessário» para que o culto pudesse continuar (art. 79.º); os edifícios «não necessários» foram aplicados a fins de «interesse social» (art. 90.º); dos edifícios dos seminários apenas eram cedidos cinco (art. 102.º) e por cinco anos; os paços episcopais e residências paroquiais ficavam condicionados e limitados aos actuais fruidores (artigos 99.º e 100.º) e só na parte necessária, instalando-se no sobranço «serviços de interesse público» (art. 105.º); os próprios imóveis que a Igreja construísse no futuro ficariam sob a alçada do Estado (art. 30.º).

Em matéria de poder legislativo continuava-se com o beneplácito, agora ainda mais apertado (art. 181.º), pois estendia a sua aplicação às pastorais e «outras determinações» dos prelados ou de «outras entidades que tenham funções dirigentes»; o Estado interferia na disciplina dos seminários, terminando com os preparatórios (art. 185.º), remodelando a seu modo os estudos (art. 186.º) e inspeccionando o seu funcionamento interno (art. 187.º); reformava o Colégio das Missões Ultramarinas (art. 189.º); interferia na educação cristã da juventude (artigos 37.º, 53.º, 170.º); e negava ao ministro da religião o próprio direito de discordar do legislado (art. 48.º).

Esbulhada a Igreja de todos os seus bens, restava-lhe recorrer à caridade dos fiéis. Mas, até neste ponto, o Estado quer legislar e intrometer-se, pretendendo fazer passar toda a administração das esmolas dos fiéis através das corporações ou associações cultuais (artigos 17.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º) que destinariam parte da receita a fins civis (art. 32.º) e estabeleceriam a tabela máxima dos emolumentos a cobrar pelos ministros do culto (art. 36.º). A lei extingue ainda todas as cõgruas e emolumentos (art. 156.º); restringe os sufrágios (artigos 157.º, 159.º); e pretende controlar a administração da Bula da Santa Cruzada (art. 183.º).

Com todas estas restrições o clero não poderia subsistir. Por isso, o Estado quis aperrear os ministros do culto à sua vontade, oferecendo-lhe uma tábua de salvação: a pensão eclesiástica (art. 113.º) que seria fixada por uma comissão a constituir em cada distrito e formada por quatro civis e um sacerdote eleito de modo pouco democrático (art. 114.º). A pensão cabia aos párocos colados e podia ainda ser requerida pelos encomendados, apresentados e coadjutores, que receberiam quantitativo reduzido (art. 116.º). Com bastante

facilidade se lhe podia perder o direito (art. 145.º), enquanto que algumas normas procuravam levar o clero, através da pensão, à indisciplina (artigos 149.º, 150.º, 151.º e 152.º).

Acabando o Estado com os seus deveres, poderia pensar-se que prescindiria também das suas regalias e dos seus direitos, entre os quais o de apresentação aos benefícios. Pois não. Em princípio — segundo a lei — os lugares ficariam ocupados pelos titulares à data, «se satisfizerem os requisitos» do legislador (art. 95.º) que não permite benefícios ocupados por sacerdotes que hajam estudado fora de Portugal⁸¹, nomeadamente junto das universidades pontificias de Roma (art. 177.º). Os próprios empregados das igrejas, como os sacristães, seriam, dali em diante, nomeados pela autoridade civil (art. 10.º).

Em matéria de imunidades e privilégios eclesiásticos, todos desaparecem. Melhor: pode antes falar-se em privilégios de sinal contrário ou em leis de excepção. De facto, o clero é privado de muitos dos direitos civis (art. 26.º); a Igreja deve pagar contribuições pelos edifícios do culto que lhe foram extorquidos e lhe são agora cedidos a título de empréstimo provisório (art. 166.º); os sacerdotes não podem corresponder-se oficialmente entre si (art. 175.º).

3.3. O protesto formal dos bispos

Perante uma lei deste género, abertamente atentatória dos direitos e liberdades da comunidade eclesial, o episcopado não podia ficar-se de braços cruzados. Por isso, em 6 de Maio de 1911 — duas semanas depois da publicação do decreto governamental —, os bispos tornaram público o seu protesto colectivo⁸², onde, depois de apresentarem as razões por que não podiam calar-se, entre as quais tem lugar primeiro o «ódio gratuito» que ditou o decreto —, declaram que faltam a este dois requisitos para lhe poderem «reconhecer força de lei». São eles: a ausência do «eterno e inviolável princípio do justo» e o facto de não reflectir «o sentimento e a vontade da maioria dos cidadãos portugueses».

Embora não querendo fazer «uma análise jurídica completa do decreto», os bispos apreciam-no no seu conjunto, resumindo-lhe o

⁸¹ Encerrando a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e não admitindo aos benefícios os sacerdotes que frequentassem estudos superiores no estrangeiro, pretendia o legislador empobrecer intelectualmente o clero nacional, para melhor o poder manipular.

⁸² O texto integral do *Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911, que separa a Igreja do Estado* vem publicado na íntegra em J. M. LOURENÇO, o. c., 171-77.

conteúdo em quatro palavras: injustiça, opressão, expoliação e ludíbrio.

Injustiça, porque o decreto se opõe: a) ao *direito positivo*, pois se manifesta «antagónico à constituição divina da Igreja católica e à sua independência na esfera espiritual»; b) ao *direito público*, porque abroga arbitrariamente o sistema concordatário; c) ao *direito canónico*, «porque invade a competência e atribuições da jurisdição eclesiástica, e despreza a autoridade e jerarquia da Igreja, dando ao Estado a faculdade de se ingerir no provimento e administração das dioceses e freguesias, sem acordo nem intervenção do poder eclesiástico, e o direito de alterar a circunscrição das dioceses, anulando patrimónios, permitindo, e até excitando, a violação da lei do celibato»; d) ao *direito civil*, porque «infringe (...) o princípio fundamental da não retroactividade das leis, desrespeitando os legítimos direitos dos beneficiados (...) — direitos adquiridos à sombra não só da legislação canónica mas também da civil; «e anula o direito daqueles que, pela naturalização, o código civil (art. 18.º, n. 5) conta também entre os cidadãos portugueses, esbulhando-os, sem processo nem culpa, desta qualidade»; e) ao *direito natural*, «rasgando testamentos, desprezando as últimas vontades dos instituidores dos legados pios, ofendendo o direito de associação e de propriedade particular, coarctando a liberdade de esmolas para o culto, lesando a liberdade de consciência de grande número de indivíduos».

Opressão, porque o decreto se não apresenta neutral, mas com «o propósito ostensivo e inegável» não só de fiscalizar «mas de escravizar». Opressão no exercício do culto, «sujeito ao arbítrio das corporações laicas». Opressão no ensino religioso. Opressão na formação dos candidatos ao sacerdócio e no regime dos seminários. Opressão nas relações quer entre bispos e fiéis, quer de fiéis e bispos com o Sumo Pontífice —, pela exigência do beneplácito».

Expoliação, enquanto «nega de facto à Igreja católica o direito de propriedade e domínio sobre móveis e imóveis»; enquanto o Estado se proclama «o único proprietário», fazendo-se dono «ao cabo de noventa e nove anos (art. 30.º) dos templos edificadas com o dinheiro livremente dado pelos católicos para o culto da sua religião». Em troca o Estado nada oferece, apenas prometendo ou permitindo a alguns «umas pensões vitalícias, indefinidas, sem fixação de mínimo, ao talante de certas comissões, das quais, por grande generosidade, faz parte um eclesiástico eleito ou nomeado», e que terminam com a morte do clero existente à data da concessão, pois

não passam para «os sucessores dos actuais ministros da Igreja», visando assim a sua lenta extinção.

Ludíbrico, porque reduz o clérigo «a funcionário às ordens das associações culturais»; porque impõe «aos prelados a exigência de *placet*, sempre injurídica»; porque convida o clero «à indisciplina e à imoralidade» mantendo as pensões «às viúvas e aos filhos, quer legítimos quer ilegítimos, dos padres que queiram aproveitar a concessão da lei civil para casar! (art. 150.º)».

3.4. Roma toma posição

Aquando da implantação da república, era núncio em Lisboa Mons. Giulio Tonti⁸³ que abandonou o seu posto em 20 de Outubro de 1910, deixando em Portugal o secretário da Nunciatura que, mais tarde, seria nomeado encarregado de negócios. Mons. Masella⁸⁴ — assim se chamava o jovem diplomata — desenvolveu, ao longo de nove anos, profícua actividade, estabelecendo contacto entre o episcopado e Roma, muitas vezes através da nunciatura de Madrid.

Não deixou, por isso, a Santa Sé de estar informada de tudo quanto se passava na Igreja portuguesa, e de intervir quando lhe pareceu oportuno e necessário.

Já em Março de 1911 o Santo Padre Pio X dirigira ao patriarca de Lisboa e a todos os arcebispos e bispos uma epístola⁸⁵ em que aprovava a doutrina exposta na pastoral colectiva de 24 de Dezembro anterior e os exortava a continuarem a lutar na defesa dos direitos da Igreja e do povo cristão.

Mas depois da publicação da lei da separação, a resposta da Igreja tinha de ser clara e firme. E foi-o, de facto. A encíclica *Iamdudum in Lusitania*⁸⁶ trazia consigo o ar gravemente majestoso e solene da

⁸³ Mons. Giulio Tonti (1844-1918), núncio no Haiti, Venezuela e Porto Rico (1892), internúncio no Brasil (1902) e núncio em Portugal (1906-1910); criado cardeal em 1915. Cf. G. DE MARCHI, *Le nunziature apostoliche dal 1800 al 1956* (= *Sussidi eruditi* 13), Roma 1957, 79, 140, 216, 222, 262.

⁸⁴ Benedetto Aloisi Masella (1879-1970), secretário da Nunciatura em Lisboa desde 1908, manteve-se na capital portuguesa até 1919. Núncio no Chile (1919) e no Brasil (1927), foi criado cardeal em 1946. Cf. G. DE MARCHI, *o. c.*, 81, 89, 216. Sobre a sua actividade em Portugal ver J. A. GUERREIRO, *Mons. Aloisi Masella e o arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes. 1910-1920*, Évora 1968.

⁸⁵ Pio X, Epístola *Nostris subiiciendas*, 15 de Março de 1911, em AAS 3 (1911) 228-30.

⁸⁶ Pio X, Carta encíclica *Iamdudum in Lusitania*, 24 de Maio de 1911, em AAS 3 (1911) 217-24. Trad. port. em *O Progresso católico* 33 (1911) 155-57.

denúncia feita pelo Vigário de Cristo à iniquidade de uma lei injusta⁸⁷.

Na primeira parte o Papa refere-se aos decretos e leis do Governo contra a Igreja, e à perseguição feita aos bispos de Beja e Porto. Entra depois na análise da «péssima e perniciosíssima» lei da separação. Esta, segundo a análise do Pontífice, é absurda e monstruosa. Chama-se-lhe de separação «mas na realidade o seu fim é, no temporal, reduzir a Igreja à penúria extrema (...) e, no que pertence ao poder eclesiástico e espiritual, oprimi-la e entregá-la como escrava nas mãos da República». Pio X insurge-se, sobretudo, contra a desonestidade da lei, no que se refere às cultuais, pois «exclui o clero da organização do culto», não se podendo «imaginar disposição mais iníqua e intolerável». Igualmente se insurge contra a proibição de os prelados e o pontífice romano poderem comunicar com o povo por escrito, sem autorização do governo. Mas o atentado mais grave é o da invasão da esfera da autoridade da Igreja por parte do Estado que se permite «legislar sobre assuntos concernentes à formação do clero».

Por tudo isto, e consciente da obrigação que lhe é imposta pelo seu ministério apostólico, o Papa reprova, condena e rejeita «a lei de separação da República portuguesa da Igreja, como lei que despreza a Deus e repudia a profissão de fé católica, rescinde tratados solenemente concluídos entre Portugal e a Santa Sé, violando o direito natural e o das gentes; esbulha a Igreja da posse justíssima de seus bens, priva da liberdade a Igreja e é contrária à sua divina constituição; e finalmente é injuriosa e ultrajante para a majestade do pontífice romano, para o episcopado, clero e povo de Portugal e até para os católicos do mundo inteiro».

Depois desta condenação formal, Pio X declara e decreta «que é e deve ser tido por nulo e de nenhum valor tudo quanto a dita lei determina contra os direitos invioláveis da Igreja».

A encíclica de Pio X, como era de esperar, não pôde circular livremente em Portugal, mas o seu conteúdo chegou, por diversas formas, ao clero e aos fiéis. Os bispos agradeceram ao Pontífice

⁸⁷ O juízo de Pio X sobre a lei portuguesa é considerado um dos mais duros de toda a história moderna. Quando em França se promulgou a *Constituição civil do clero*, Pio VI condenou-a com o breve *Quod aliquantum*, 10 de Março de 1771, dirigido ao cardeal de La Rochefoucauld; frente ao Kulturkampf de Bismark a posição da Igreja foi, de certo modo, acautelada; a condenação da lei de separação francesa de 11 de Dezembro de 1905 foi feita com a encíclica *Vehementer* de 11 de Fevereiro de 1906, dirigida aos ordinários, clero e povo de França; no caso português, a encíclica pontifícia dirige-se, porém, a toda a cristandade, *urbi et orbi*, condena a lei não só perante um povo, mas perante todo o mundo. Cf. M. A. da SILVA, *Cartas a um abade*, Braga 1913, 263-64.

quer a epístola de 15 de Março, quer a encíclica de 24 de Maio, numa carta onde lhe dão conta das injustiças de que continua a ser alvo a Igreja, renovando a sua fidelidade ao ensino e à pessoa do Papa ⁸⁶.

3.5. *Repercussão no estrangeiro*

A provação que atravessava a Igreja portuguesa e a forma decidida com que o episcopado encarava os problemas e as leis persecutórias, não deixaram de ter eco nas várias Igrejas europeias.

Em Julho, os bispos belgas, reunidos em Malines, sob a presidência do cardeal Mercier, enviaram aos bispos portugueses uma carta, escrita no dia de Santa Isabel de Portugal, manifestando-lhes a sua solidariedade e o desejo de que a Igreja portuguesa resista à perseguição de que é alvo ⁸⁹.

Igualmente os bispos franceses, em carta de 23 de Agosto, manifestam a sua solidariedade na luta pela defesa do cristianismo, afirmando que «as angústias e perigos» da perseguição lhes são bem conhecidos, e que o único meio para não errar caminho consiste na união com o bispo de Roma ⁹⁰. A esta carta responderam os prelados portugueses, notando o paralelismo da situação dos dois episcopados ⁹¹.

3.6. *O clero e as pensões*

Todo o capítulo sexto do decreto de 20 de Abril era dedicado à legislação das «pensões aos ministros da religião católica». Logo em 4 de Maio ⁹² procurou o Governo meter em funcionamento os mecanismos tendentes a pôr em prática a letra da lei sobre esse melindroso assunto, determinando como funcionariam as comissões de pensões e o processo de eleição do representante dos ministros da religião. Tal eleição deveria ser feita até 25 de Maio, sendo depois prorrogado o prazo até ao dia 10 de Junho ⁹³. Em algumas dioceses os sacerdotes não compareceram ao acto eleitoral, pelo que foi nomeado um de entre eles, mesmo sem se lhe pedir consentimento,

⁸⁸ Carta transcrita em *Voz da Verdade*, 7 de Setembro de 1911, 426-27.

⁸⁹ Transcrita em *O Progresso católico* 20 (1911) 157.

⁹⁰ Transcrita em *Voz da Verdade*, 14 de Set. 1911, 438.

⁹¹ Transcrita em *Voz da Verdade*, 28 de Set. 1911, 465.

⁹² Decreto de 4 de Maio, publ. no *DG* de 5 de Maio 1911.

⁹³ Portaria de 24 de Maio, publ. no *DG* n.º 121.

como aconteceu em Braga, onde o juiz de direito da comarca nomeou o abade Gomes de Amorim que, publicamente, declarou comparecer coagido às sessões da comissão ⁹⁴.

Dado que poucos sacerdotes requereram a pensão ou, no caso dos colados, não apresentaram a sua renúncia, o Governo, numa portaria de 21 de Julho, assinada pelo ministro da Justiça interino ⁹⁵, prorrogava até 15 de Agosto o prazo para «retirar as ditas renúncias e apresentar requerimentos pedindo pensões». A lei de 17 de Agosto ⁹⁶ concedia provisoriamente a pensão mensal, pois que as comissões distritais trabalhavam com certa lentidão, e era necessário que o Governo não desse, ao menos, aparências de ineficácia.

3.6.1. *Padres pensionistas*

É extremamente difícil saber números exactos sobre os padres que pediram a pensão — no caso dos apresentados e coadjutores — ou a não recusaram — no caso dos colados. Afonso Costa, num discurso à Assembleia Nacional Constituinte, em 14 de Agosto de 1911, computava os pensionistas em 187 e os não pensionistas em 1153 ⁹⁷. Ambos os números pecam por defeito, o que não é para estranhar, pois que o prazo para recusar ou pedir a pensão ainda não terminara, e os apresentados e coadjutores não entravam no número, pois bastava calarem-se para não receberem o estipêndio estatal. O clero era, realmente, mais numeroso do que pode transparecer do discurso do ministro da Justiça. À falta de estatísticas exactas a nível nacional, basta mencionar o caso do Porto, cujo bispado contava com o serviço de 485 sacerdotes ⁹⁸. A arquidiocese de Braga tinha ainda um clero muito mais numeroso, a servir as suas 989 paróquias,

⁹⁴ A declaração foi entregue na comissão de pensões no dia 1 de Julho de 1911 e transcrita em *Voz da Verdade*, 13 de Jul. 1911, 335.

⁹⁵ Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), ministro das Obras Públicas no regime monárquico (1892) e dos Negócios Estrangeiros no Governo provisório, soçobrou também a pasta da Justiça por doença do titular Afonso Costa. Mais tarde foi eleito Presidente da República. Ver *DHP* 2 (1971) 876-69, com bibliografia; A. VAZ, *Bernardino Machado. Sentimentos, ideias e factos do seu tempo*, Porto 1950; R. de ALMEIDA, *Bernardino Machado. Evocação de uma figura política*, Porto 1951; V. G. FERNANDES, *Bernardino Machado*, Leiria 1952; e A. H. Q. MARQUES, *Bernardino Machado*, Lisboa 1978.

⁹⁶ DG, 19 de Agosto de 1911. A concessão foi proposta por Afonso Costa à Assembleia Nacional Constituinte em 2 de Agosto. Cf. A. COSTA, *Discursos parlamentares, 1911-1914*, Lisboa 1976, 35.

⁹⁷ A COSTA, *o. c.*, 47.

⁹⁸ Cf. M. L.C. da SILVA, *Dez meses de governo do bispado do Porto*, Guimarães 1912, 58-75. É bom notar, no entanto, que C. da Silva inclui na sua lista apenas os sacerdotes com direito à pensão eclesiástica.

decrecendo o número de sacerdotes progressivamente de norte para sul, de tal modo que a arquidiocese de Évora contava apenas 101 sacerdotes⁹⁹ e a diocese de Beja com 77. O total nacional andava, no entanto, por cerca de quatro mil, o que representa o triplo do número apresentado na Assembleia por Afonso Costa¹⁵⁰.

Em Setembro de 1912 — um ano depois da atribuição das pensões e, portanto, com possibilidades de números mais exactos — o secretário da Nunciatura, em carta enviada a um dos bispos portugueses, calculava em 350 o número dos pensionistas¹⁰¹.

Estes distribuíam-se desigualmente por todo o país, em proporção inversa à da população eclesiástica. As maiores percentagens de pensionistas localizaram-se na zona sul do país, sobretudo nas dioceses de Lisboa, Évora e Beja, atingindo nesta última os 85 por cento. Noutras dioceses o número de pensionistas era reduzido ou quase nulo, como se apresentava o caso do Algarve com 6 pensionistas¹⁰², o de Portalegre¹⁰³, o da Guarda, o de todo o norte do país e dos arquipélagos da Madeira¹⁰⁴ e Açores.

Tal diferença de comportamento do clero em relação a assunto tão melindroso deve-se, em primeiro lugar, às possibilidades de sobrevivência sem o auxílio do Estado, pois que, enquanto no norte e nas dioceses insulares os fiéis estavam despertos para o problema da subsistência do seu pároco, no patriarcado e no Alentejo os sacerdotes não podiam contar com participação alguma dos seus paroquianos.

Este problema não deixou, com certeza, de ser visto pela Santa Sé, a avaliar pelas instruções que o cardeal Secretário de Estado¹⁰⁵ enviou aos bispos portugueses em 17 de Julho de 1911, e que passavam quer pela exortação ao clero a não pedir nem aceitar as pensões, quer pela conveniência de não se adoptarem «providências disciplinares contra os sacerdotes que, obrigados pela miséria», as solicitem ou aceitem, «contanto que não resulte daí escândalo para os fiéis, e salva a obrigação de abster-se sempre de qualquer acto que

⁹⁹ Cf. J. A. GUERREIRO, *Mons. Aloisi Mosella e o arcebispo de Évora...*, Évora 1958, 28.

¹⁰⁰ A avaliar pelos números apresentados em A. BATTANDIER, *Annuaire Pontifical Catholique* 13 (1910) e 14 (1911), o clero seria ainda mais numeroso. Penso, todavia, que são aí incluídos os sacerdotes regulares, pertencentes às congregações extintas em 1910.

¹⁰¹ Cf. J. A. GUERREIRO, *o. c.*, 29.

¹⁰² Cf. F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 26.

¹⁰³ *Ib.*, 279.

¹⁰⁴ *Ib.*, 177.

¹⁰⁵ Rafael Merry del Val (1865-1930).

possa ser interpretado como uma adesão à iníqua lei de separação»¹⁰⁶. Meses mais tarde era deixado, porém, ao arbítrio dos ordinários diocesanos «o proceder, em casos particulares, também com penas canónicas contra os sobreditos padres, sempre que as circunstâncias o exigirem»¹⁰⁷.

A recusa em massa das pensões, sobretudo em algumas dioceses, não foi estranho o procedimento dos bispos ou dos governadores dos bispados que usaram dos meios à sua disposição para convencerem o clero a não aceitá-las. Assim, na diocese do Porto, onde apenas dezassete eclesiásticos, em quase meio milhar que a ela tinham direito, aceitaram a pensão, foi feita uma campanha através de folhetos e de um opúsculo redigido pelo pároco de Miragaia, Dr. Correia Pinto¹⁰⁸, e enviado aos sacerdotes de todas as paróquias do bispado¹⁰⁹.

3.6.2. *A sustentação do clero*

Não aceitando a pensão preconizada pelo governo, os párocos corriam o risco de passar enormes dificuldades, pelo menos nos primeiros tempos, enquanto os fiéis se não organizassem para recorrer à sustentação do culto e do clero. A este propósito pediram os bispos instruções à Santa Sé, que lhes foram enviadas juntamente com as que se referiam aos padres pensionistas. Convinha — segundo a resposta de Roma — que se estudasse «uma organização do óbulo para o culto, adaptada às condições locais do país»; e que os prelados excitassem «a generosidade dos fiéis a fim de acudir às necessidades da Igreja e dos seus ministros com oblações espontâneas»¹¹⁰.

Já antes das instruções romanas alguns bispos começavam de seguir esse caminho. Em Junho de 1911 dirigia, por exemplo, D. Manuel Vieira de Matos¹¹¹ um *Apelo aos católicos da diocese da*

¹⁰⁶ Cf. J. A. GUERREIRO, *o. c.*, 14-15.

¹⁰⁷ *Ib.*, 26.

¹⁰⁸ Francisco Correia Pinto (1873-1962), apreciado escritor e orador sagrado. Sobre a sua vida e obra veja-se a introdução que B. XAVIER COUTINHO escreveu no início das obras completas de Correia Pinto, vol. I, *Orações fúnebres*, Porto 1956.

¹⁰⁹ Do opúsculo, *A lei de separação. Ao clero católico*, foram impressos alguns milhares de exemplares distribuídos também pelos leigos. Em apêndice apresentavam-se as normas dadas pela Santa Sé aquando da formação das cultuais em França. Cf. M. L. C. da SILVA, *o. c.*, 30-31.

¹¹⁰ J. A. GUERREIRO, *o. c.*, 14.

¹¹¹ D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), arcebispo de Mitilene, bispo da Guarda e metropolitano de Braga. Sobre a sua vida e obra ver F. ALMEIDA, *HIP IV*/4, Mat. 1921, 97-98 e 185-189; J. A. FERREIRA, *Notas biográficas do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Manuel*

*Guarda*¹¹² onde, depois de historiar o modo como vivia o clero português e a forma denodada como este reagiu à oferta das pensões, afirmava que os párocos, apesar das dificuldades, continuariam no meio do povo, esperando dos seus paroquianos tão somente «o modesto óbulo que lhes permita conservar a vida». Mas era necessário descer a formas concretas de participação. Enaltece, por isso, as paróquias «onde o povo se quotizou» para as despesas do culto e sustentação do clero, esperando que outras lhes sigam o exemplo. Um modo prático, dado que muitas famílias não poderão dar uma contribuição pecuniária, é concorrerem «com uma certa pensão em géneros». Assim se fez nesta e noutras dioceses, havendo ainda hoje reminiscências de tal costume.

Quase todos os outros bispos lançaram apelos idênticos como, por exemplo, o prelado do Algarve¹¹³ que, em Agosto, escrevia aos seus diocesanos a *Exortação pastoral sobre a sustentação do clero*¹¹⁴, lembrando-lhes as palavras paulinas: «quem serve o altar, do altar deve viver»¹¹⁵. No Porto, o governador do bispado, Coelho da Silva, fundou a *Obra do dinheiro do Clero*, resultante de um peditório em todas as igrejas da diocese, e que tinha em vista a comunhão de bens, pois havia paróquias que não tinham o suficiente para sustentar o seu pároco, enquanto outras tinham em demasia. Os fundos eram administrados por uma comissão que atribuíra aos párocos em dificuldades um determinado quantitativo¹¹⁶.

Houve ainda quem pensasse que seria oportuno recorrer ao produto das esmolas da Bula da Cruzada. Os cofres desta achavam-se, porém, onerados com encargos anteriores¹¹⁷ e os bispos pensavam que os seus réditos deveriam ser aplicados na sustentação dos seminários diocesanos, para o que promoveram uma reforma da própria Bula¹¹⁸.

Vieira de Matos..., Famalicão 1927; Id., *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga*, IV, Braga 1935.

¹¹² O *Apelo* do bispo da Guarda seria, como adiante veremos, um dos motivos do seu primeiro desterro. Vem transcrito em J. A. FERREIRA, *Notas biográficas...*, Fam. 1927, 207-13.

¹¹³ D. António Barbosa Leão (1860-1929), bispo de Angola e Congo, do Algarve e do Porto. Ver F. ALMEIDA, o. c., 24-27, 320-21, 352-55. Veja-se ainda *Estudos* 8 (1929-30) 41-48.

¹¹⁴ Publicado um resumo em *Voz da Verdade*, 28 Setembro de 1911, 461.

¹¹⁵ 1 Cor. 9, 13.

¹¹⁶ Cf. M. L. C. da SILVA, o. c., 76-81. Já bispo de Coimbra, D. Manuel Coelho da Silva fundou obra idêntica naquela diocese em 1917. Cf. F. ALMEIDA, o. c., 135.

¹¹⁷ Cf. F. ALMEIDA, *HIP* IV/3, Coimbra 1922, 346.

¹¹⁸ Sobre a Bula da Cruzada ver *DHP* 1 (1971) 755-57; A. MATTOSO, *A bula da Santa Cruzada*, 1902. Sobre a reforma da mesma ver J. A. GUERREIRO, o. c., 59-75.

3.6.3. Uma consequência da lei — a unidade do clero

A lei da separação trouxe consigo a unidade do clero, desde há muito dividido em ultramontano e cismontano. À parte os pensionistas, que não totalizavam 10 por cento dos padres e eram, muitos deles, pensionistas por absoluta necessidade, quase todos os sacerdotes do país se uniram na causa comum da defesa da Igreja, fossem eles liberais ou reacccionários¹¹⁹. As excepções não são muitas, embora alguns dos padres perseguidos tenham abandonado as suas paróquias e emigrado, sobretudo para o Brasil, à procura de vida menos tenebrosa. Tal atitude não deixou de ser reprovada, não pelo episcopado, mas por alguns leigos que viam na emigração um acto de cobardia¹²⁰. Muitos destes padres, porém, exerceram dignamente o seu apostolado em terra estrangeira, tendo bastantes deles, inclusive, deixado obras de vulto¹²¹.

Houve ainda um pequeno número que, não suportando o novo regime, deixou as suas paróquias para se juntar aos últimos redutos da monarquia que, de Espanha, faziam as suas incursões pelo norte do país¹²².

Mas a absoluta maioria conservou-se nas suas paróquias, não hostilizando o poder constituído, mas protestando contra a execução de leis consideradas iníquas, como, por exemplo, contra os arrolamentos dos bens das igrejas paroquiais. À influência dos párocos se deve ainda o facto de não terem vingado as associações culturais preconizadas pelo poder civil.

Alguns, tomando posições mais firmes, não deixaram de sofrer vexames e até o desterro para fora dos concelhos onde exerciam o seu munus pastoral, como aconteceu ao pároco de Vela (diocese da Guarda) que teve de deixar a paróquia por ter lido à missa conventual a encíclica de Pio X, *Iamdudum*, que D. Manuel Vieira de Matos mandara imprimir e distribuir pelos seus padres, sem pedir ao poder civil o beneplácito¹²³.

¹¹⁹ Cf. J. A. FERREIRA, *Notas biográficas...*, Famalicão 1927, 32-33.

¹²⁰ Cf. M. A. da SILVA, *Cartas a um abade*, Braga 1913, 301-02.

¹²¹ Pode citar-se, a título de exemplo, o caso de Mons. Albino Alves que, tendo fugido às intempéries republicanas, se radicou no Brasil, onde desenvolveu obra de mérito na cidade de Catanduva. Cf. V. R. de ASSIS, *Mons. Albino Alves da Cunha e Silva. Apóstolo da caridade*, S. José de Rio Preto 1968.

¹²² Cf. M. A. da SILVA, *o. c.*, 302-03.

¹²³ Sobre este incidente, ver J. A. FERREIRA, *o. c.*, 50-54. Na *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa*, relativa aos anos de 1912 e 1913 encontram-se cerca de cem decretos que expulsam, das áreas dos respectivos concelhos, outros tantos sacerdotes. Só em 10 de Agosto de 1912 foram expulsos, do concelho de Tondela (Viseu) os 16 párocos do arciprestado.

3.7. Os bispos, a república e a separação

O episcopado ganhara, com todas as lutas travadas, a força moral para agir, quer colectiva quer individualmente, sempre que as circunstâncias o exigissem. Deste modo o *Protesto colectivo* contra a lei da separação não esgotou, de modo algum, as críticas individuais dos prelados ao decreto de Abril. Distinguíram-se neste sector os já citados prelados de Lisboa e da Guarda e o bispo de Viseu¹²⁴. Este, respondendo a um questionário enviado a várias figuras católicas por um escritor anti-clerical¹²⁵, considerou «despóticos», «vexatórios» e «sem similar em nenhum povo civilizado» muitos dos artigos da lei da separação. Esta, em princípio, não se pode admitir, pois o Estado e a Igreja devem caminhar paralelamente, auxiliando-se mutuamente e mantendo-se cada um na sua esfera de acção. Porém, se é necessário estabelecer-se um regime separacionista que ele seja «verdadeiramente liberal», não se estorvando a Igreja nas suas legítimas actividades de ensino, culto e propaganda, que pressupõem liberdade de associação e de administração de bens próprios. Mais dura ainda foi a crítica severa que, em 23 de Fevereiro de 1912, o mesmo prelado enviou ao ministro António Macieira, depois de todas as inconveniências que este dissera, numa conferência em Viseu, sobre as relações entre a Igreja e o Estado¹²⁶.

3.7.1. Adesão formal às novas instituições

Em 19 de Junho de 1911 a República foi oficialmente proclamada na Assembleia Nacional Constituinte como forma de governo do país. Três dias depois enviava o ministro da Justiça interino, Bernardino Machado, um ofício aos bispos, pedindo a sua adesão formal às novas instituições. O episcopado, depois do que dissera na *Pastoral colectiva*, não podia ter outra resposta que não fosse a da aceitação da instituição, embora recusando todas as leis publicadas pela mesma e que atingiam a Igreja na sua liberdade e autoridade.

¹²⁴ D. António Alves Ferreira (1864-1927), primeiro coadjutor, depois titular e residencial de Viseu. Ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Mat. 1921, 339-42.

¹²⁵ Eurico de Seabra, um dos maiores anti-clericais republicanos. Elenco das suas obras em *GEPB* 27 (s.d.) 914. O livro que traz o testemunho de D. António Alves Ferreira é *A Igreja, as congregações e a república*, 2 vv, Lisboa 1914.

¹²⁶ Cf. F. ALMEIDA, o. c., 341.

A posição não agradou ao ministro que, um mês mais tarde, em circular de 25 de Julho, voltava à carga, convidando os bispos «a declarar formalmente e sem restrições, os seus sentimentos» para com as instituições republicanas.

Entretanto tinha sido consultada a Santa Sé sobre a liceidade de aderir a um determinado regime político. A resposta, transmitida aos prelados pelo secretário da Nunciatura, em 29 de Julho, considerava ilícita a adesão às instituições de um governo «se (esta) importa a aprovação a factos e decretos iníquos», e sendo admissível «se significa submissão e obediência aos poderes constituídos, em tudo o que não é contrário às leis de Deus e da Santa Igreja»¹²⁷.

Em face destas instruções, os bispos acharam que tinham sido já suficientemente explícitos pelo que, ao menos a maioria, não pensaram sequer em dar resposta à circular do ministro.

3.7.2. O caso exemplar do bispo da Guarda

O homem que, publicamente, mais se manifestou contra as leis do novo regime, foi o arcebispo-bispo da Guarda, pelo que o governo não perdeu oportunidade para se libertar da sua voz incómoda.

De 11 para 12 de Junho de 1911, o paço episcopal da Guarda foi cercado pela polícia e pela carbonária, que pensaram remover o bispo para Lisboa sob a acusação de conspirador monárquico. O governador civil, entretanto, afirmava não se poder provar a acusação e o cerco foi levantado. D. Manuel Vieira de Matos protestou energicamente em ofício dirigido ao governo¹²⁸.

No dia 1 de Julho o ministro da Justiça enviara aos bispos um telegrama-circular, mostrando-se preocupado com o boato que se levantara de que os párocos iriam deixar as paróquias, com o consequente desagrado das populações. O prelado egitanense respondeu-lhe com um longo ofício¹²⁹, aproveitando para se referir a outros assuntos. Quanto aos párocos, podia o ministro ficar descansado, que estes continuariam nas suas paróquias «enquanto o povo os quiser sustentar». Poderia objectar-se com o facto de terem as pensões.

¹²⁷ Publicada por J. A. GUERREIRO, *o. c.*, 23.

¹²⁸ Cf. J. A. FERREIRA, *Notas biográficas...*, Fam. 1927, 34.

¹²⁹ *Ofício ao ministro da Justiça*, 2 de Julho de 1911. Publicado em *Voz da Verdade*, 13 de Julho de 1911, 332-34.

Essas, porém, «além de incertas e indeterminadas, são por tal forma humilhantes que a consciência do clero as tem universalmente rejeitado». A lei da separação está, aliás, totalmente errada pois «a Igreja é em toda a parte a mesma, e muito se enganam os estadistas que pretendem legislar para ela sem respeitar os pontos basilares da sua constituição». Os católicos têm o direito e o dever de protestarem contra a lei, o que não equivale, de modo algum, a um protesto contra a instituição. «Protestando contra as leis que lhes ofendem a consciência, os católicos e o clero usam do seu direito de cidadãos livres, que, principalmente em regime democrático, deve ser religiosamente respeitado». Aludindo, depois, ao facto de o ministro notar, no seu telegrama, que os párocos devem ministrar os sacramentos aos fiéis, o bispo responde que isso não é da sua esfera, mas da do prelado que «não esquece esse dever, nem renuncia a esse direito». De resto, não são esses os sentimentos que, habitualmente, se proclamam nos comícios republicanos que pretendem espalhar pelas vilas e aldeias o ódio gratuito contra os ministros da religião.

Não admira que as esferas políticas começassem a lançar campanhas difamatórias contra o vigoroso prelado, com notícias controversas, como uma nota publicada em quase todos os jornais de 8 de Agosto informando que «o governo vai proceder energicamente contra o bispo da Guarda, pela sua atitude hostil à República». D. Manuel Vieira de Matos não se intimidou e oficiou um protesto ao presidente do governo da república¹³⁰, declarando que tinha da sua «missão uma ideia assaz nítida para compreender que ela está muito fora das flutuações dos sistemas políticos». De resto, «assim como a religião se não prende a sistemas políticos, também os não hostiliza». Quem assim pensa, «e tem conformado com esta noção os seus actos», não pode ser acusado de hostilidade aos poderes constituídos. Mas o prelado conhece bem a ferida e não se inibe de lhe pôr o dedo em cheio: o governo vai proceder contra o bispo não porque ele seja contra a república, mas antes porque tem adoptado «uma atitude menos condescendente e de franca discordância perante certas leis promulgadas pelo governo da república». Trata-se, por isso, de má vontade explícita por parte do poder constituído, como acontece para com tudo o que seja católico, pois o que para os outros é lícito aos católicos é-lhes imputado como crime.

¹³⁰ *Ofício ao presidente do governo da república*, 8 de Agosto de 1911. Publicado em *Voz da Verdade*, 17 de Agosto 1911, 390-93.

«Mas fique bem assente: o bispo da Guarda será perseguido por ter cumprido o seu dever de bispo, por ter aconselhado aos católicos a observância das leis sacrossantas da consciência, e nunca por ter hostilizado a república».

O ofício não obteve resposta — o que era hábito por parte do governo —, mas não se deixou de criar a oportunidade para se proceder, de facto, contra o prelado. Essa oportunidade surgiu quando D. Manuel Vieira de Matos interferiu a favor do pároco de Vela, que fora desterrado por ler aos seus fregueses a *Iamduum* de Pio X. O bispo declarou, na defesa, que o procedimento do governo era ilegal e irregular pois «condena sem ouvir os pressupostos réus, nem lhes proporcionar defesa». Logo no dia seguinte, dia 25 de Novembro, foi inserido no DG um decreto que desterrava o prelado egitanense para fora do distrito da Guarda, sendo-lhe imputados cinco crimes ustificativos: 1.º — levar os párocos a não cumprirem a lei da separação; 2.º — coagir os párocos a rejeitarem as pensões; 3.º — criar dificuldades ao governo da república; 4.º — publicar um *Apelo* aos seus diocesanos sem beneplácito; 5.º — usar de termos injuriosos para o governo e para a lei da separação¹³¹.

D. Manuel Vieira de Matos ficava sem liberdade física de residência, mas o que lhe não conseguiam tirar era a liberdade de expressão. Reagiu, por isso, à afronta. No dia 29 de Novembro oficiou ao ministro da Justiça¹³², refutando as acusações que lhe eram feitas. De resto considera o prelado que o castigo que lhe infligem é inconstitucional, pois a constituição (art. 3.º, n.º 20) assegura aos arguidos «todas as garantias de defesa», o que não aconteceu no seu caso. É também um castigo ilegal porque, segundo a mesma constituição, o poder executivo (que decretou o seu desterro) não tem poderes judiciais.

De todas as acusações que lhe fazem, a única verdadeira — segundo o prelado — é a da sua hostilidade à lei da separação, embora «ninguém lhe possa chamar criminosa», até porque — como cita — alguns republicanos professos discordaram publicamente dessa lei sem que isso lhes fosse imputado como crime.

Não menos incisiva é a *Representação*¹³³ que o Episcopado fez

¹³¹ Cf. J. A. FERREIRA, *o. c.*, 51-54.

¹³² *Ofício ao ministro da Justiça*, 29 de Novembro de 1911. Publ. por J. A. FERREIRA, *o. c.*, 247-60.

¹³³ *Representação do episcopado português ao Presidente da república em defesa do senhor arcebispo-bispo da Guarda*, 5 de Dezembro de 1911. Publ. por J. A. FERREIRA, *o. c.*, 290-93.

ao Presidente da república, queixando-se de que o seu colega tenha sido punido sem processo regular. Negam os bispos que o prelado egitarianense tenha coagido qualquer pároco a não aceitar a pensão, bem como tenha destituído algum por esse motivo. Rebatem ainda a necessidade do beneplácito exigido pela lei da separação, pois essa disposição fora abolida pela Constituição da república de 21 de Agosto de 1911, ao estatuir no seu artigo 3.º, n.º 13 que «a expressão de pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia».

Também esta *representação* não teve resposta, e D. Manuel Vieira de Matos continuou no seu desterro do Fundão, vila que pertencia à sua diocese, mas era da circunscrição civil de Castelo Branco. Por pouco tempo, porém, pois em 28 de Dezembro do mesmo ano sofria o segundo desterro, desta vez para fora do distrito albacarense, motivado pelo facto de ter expedido uma *Circular* em 17 de Dezembro, onde determinava aos párocos e fiéis que não organizassem nem concorressem, directa ou indirectamente, para a organização das corporações encarregadas do culto — as cultuais. O prelado ainda desta vez reagiu, enviando ao Presidente da república uma *Representação*¹³¹ em que se defendia de todas as acusações que lhe eram feitas e afirmava a sua inocência: «fui caluniado e fui ilegalmente punido».

O clero da diocese não conteve a indignação, enviando uma *Representação ao Parlamento*¹³⁵. O documento foi assinado por cerca de trezentos padres que se levantaram contra a forma como se procedeu com o seu bispo, pois não foi julgado em tribunal nem sequer teve a honra de saber de que era acusado. Apelavam, por isso, os sacerdotes, para o parlamento, «para o poder legislativo supremo», a fim de que se reparassem «imediatamente as injustiças e violências cometidas». E protestavam, «em nome da dignidade nacional, contra os tribunais secretos, contra os processos surdos, contra a instrução parcial, contra a coacção exercida sobre os cidadãos livres». Era em vão que o Estado lançava medidas de terror, pois o clero ficaria sempre ao lado do seu bispo: «É o nosso superior espiritual, e no domínio espiritual não admitimos interferências estranhas. Desterro-

¹³⁴ *Representação dirigida ao Presidente da república*, 30 de Dez. 1911. Publ. por J. A. FERREIRA, o. c., 273-89.

¹³⁵ *Representação dirigida ao Parlamento pelo clero da Guarda contra o desterro do seu prelado*, 17 Jan. 1912. Publ. por J. A. F., o. c., 290-93.

rem-no embora para mais longe. Será uma violência inútil; reconheçê-lo-emos por nosso bispo e a ele continuaremos a prestar obediência (...).

3.8. *O espinho das cultuais. Desterro dos bispos e governadores de bispados*

O ponto culminante da luta que a Igreja teve de travar com o Estado, foi o motivado pela criação das associações cultuais. O decreto de Abril, que, como vimos, seguiu muito de perto a lei francesa de 1905, não teve em conta o fracasso que foram naquele país as cultuais, e persistiu em tentar a sua organização em Portugal, em moldes mais odiosos ainda, pois excluía os sacerdotes de fazerem parte das mesmas. Para que a actuação dos prelados fosse uniforme, a Santa Sé dava, em 6 de Agosto, algumas instruções que Mons. Masella fez chegar a todos os bispos¹³⁶:

1.^a — não se pode, de modo algum, tolerar que as irmandades assumam o carácter de associações cultuais no sentido da lei. Os bispos e os párocos não podem deixar de protestar contra este facto. Os párocos não podem aceitar de tais irmandades ou confrarias os subsídios para o culto.

2.^a Não se vê como o governo pretenda que as irmandades, para continuarem a existir, devam formar-se em cultuais, porquanto o artigo 38.^o da mesma lei prevê a sua existência de outra maneira.

3.^a — Não há outra solução, porém, se não aceitar a disposição de tal artigo, que limita às despesas do culto apenas dois terços dos réditos, entregando um terço à autoridade civil para beneficência.

Não podiam os bispos, perante estas normas, deixar de condenar as cultuais. O primeiro a fazê-lo foi D. Manuel Vieira de Matos que, em 29 de Novembro, no ofício que dirigiu ao ministro da Justiça, aquando do seu desterro do distrito da Guarda, se referiu àquelas associações nestes termos: «Não se intrometa o Estado no domínio das consciências, como, por exemplo, impondo as cultuais, que os católicos não podem aceitar, tais como a lei as prescreve, por colidirem com a hierarquia da Igreja católica (...). Como o Papa as condenou, também as condeno eu formalmente na minha diocese, e não permitirei nem posso permitir que participem dos sacramentos

¹³⁶ Publ. por J. A. GUERRIERO, *o. c.*, 33-34; e por M. L. C. da SILVA, *Dez meses...*, Guim. 1912, 105-07.

e bens espirituais da Igreja os padres e os fiéis que nelas tomarem parte». Este mesmo prelado, embora desterrado da sede da sua diocese, enviou aos seus párocos e fiéis uma *circular* em 17 de Dezembro de 1911, condenando as cultuais e todos os que contribuírem para a sua formação. Foi essa a causa do seu segundo desterro, como vimos atrás.

Já antes, em 7 e 9 de Dezembro, respectivamente, haviam publicado documentos contra as ditas associações do culto, o patriarca de Lisboa e o governador do bispado do Porto. A estes se seguiram, na condenação, o bispo do Algarve, em 24 de Dezembro, o governador do bispado de Coimbra¹³⁷ em 31 de Dezembro, os bispos de Viseu, Braga¹³⁷, Lamego¹³⁸, Portalegre¹⁴⁰, Bragança¹⁴¹ e Évora nos primeiros dois meses de 1912. O governo reagiu mal às circulares episcopais e, um por um, foi desterrando todos os prelados para fora dos seus distritos, de tal forma que em 8 de Abril de 1912, com a ida de D. Augusto Eduardo Nunes para Elvas, nenhum dos bispos portugueses se encontrava na sede da sua diocese, embora alguns estivessem em território diocesano porque as circunscrições administrativas não coincidiam com as eclesiásticas. Prevendo o desterro, todos os bispos haviam nomeado governadores das dioceses, seguindo normas dadas pela Santa Sé em Maio de 1911. Essas preconizavam que cada prelado designasse três padres que, na referida eventualidade, governassem a diocese por ordem sucessiva; e que os ditos padres — que deviam ser idóneos — administrassem a diocese «nomine episcopi» ou, não sendo isso possível, «tamquam delegati Apostolicae Sedis»¹⁴².

¹³⁷ D. José Alves Matoso (1860-1952), mais tarde bispo da Guarda. Ver F. ALMEIDA, *HIP* IV/4, Matosinhos 1921, 189-92; M. A. TRINDADE, *O cônego José Alves Matoso e o Seminário de Coimbra*, em *Lumen* 21 (1957) 281-91; J. MONTEIRO, *A alta sucessão de um prelado*, Lisboa 1940 [sobre D. Manuel Vieira de Matos e o início do pontificado de D. José Matoso]; M. AGUIAR, *Discurso proferido na sessão solene... bispo da Guarda*, Lisboa, 1955; S. da FONSECA, *No jubileu sacerdotal do venerando bispo da Guarda*, em *Estudos* 11 (1934) 347-56; e J. Q. BIGOTTE, *Os noventa anos do senhor D. José Alves Matoso (bispo da Guarda)*, Seia 1950.

¹³⁸ D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913). Ver F. ALMEIDA, *o. c.*, 95-96; J. A. FERREIRA, *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga*, IV, Braga 1935, 308-48.

¹³⁹ D. Francisco José Vieira de Brito (1850-1935), bispo de Angra e de Lamego. Ver F. ALMEIDA, *o. c.*, 40-42, 199-200; *GEPB* 5 (s.d.) 104-05.

¹⁴⁰ D. António Moutinho (1862-1915), bispo de Moçambique, Cabo Verde e Portalegre. Ver F. ALMEIDA, *o. c.*, 279-81, 377-78 e 461-63; *GEPB* 18 (s.d.) 37.

¹⁴¹ D. José Alves Mariz (1844-1912). Ver F. M. ALVES (ABADE DE BAÇAL), *O caso de Bragança e a resposta aos críticos*, Coimbra 1905; *Id.*, *Notas biográficas do Ex.º Senhor D. José Alves Mariz, bispo de Bragança*, Porto 1906; F. ALMEIDA, *o. c.*, 252-55.

¹⁴² Cf. J. A. GUERREIRO, *Mons. Aloisi Masella...*, Év. 1968, 8.

No entanto, e graças à actuação decidida dos bispos e dos sacerdotes que exerciam o munus paroquial, foram muito poucas as associações culturais que se formaram no país¹⁴³. Se, porém, alguma se formava, o ordinário ordenava ao respectivo pároco que interditasse a igreja e retirasse o Santíssimo para alguma capela que, daí em diante, serviria de paroquial¹⁴⁴. Corria-se assim o risco de as igrejas serem encerradas, como represália, pela própria autoridade civil. Se tal acontecesse já a Santa Sé havia concedido aos ordinários a faculdade de permitirem «a celebração da missa e funções paroquiais ou na própria casa ou na dos interessados»¹⁴⁵.

3.9. *A luta pela sobrevivência dos seminários*

Um dos problemas que mais affligiu o episcopado, desde a lei da separação, foi o dos seminários¹⁴⁶. O Estado, com o artigo 102.º da referida lei, concedia à Igreja os edifícios dos seminários de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa (S. Vicente) e Évora para ensino da teologia, enquanto extinguia todos os seminários menores. Esta concessão, no entanto, foi apenas totalmente respeitada no Porto, Coimbra e Évora.

Em Braga o governo fez de conta que a lei, por ele mesmo promulgada, não existia. Em 29 de Julho de 1911, o director geral dos Negócios Eclesiásticos oficiou ao arcebispo primaz, D. Manuel Baptista da Cunha, que era da maior conveniência transferir para o edifício do seminário de Santo António o seminário maior diocesano. O prelado, indignado, mas com toda a correcção, informou o director geral¹⁴⁷ que era impossível o edifício de Santo António albergar todos os seminaristas. Além disso — considerava o arcebispo — «seria contra toda a justiça» tirar à diocese «o edifício que tantas despesas e sacrifícios tem custado não ao Estado ou ao Município, mas sim à Igreja». Não valeu de nada a intervenção do prelado, pois o velho seminário conciliar foi ocupado, ainda em 1911, por um regimento de infantaria.

¹⁴³ A primeira associação cultural a ser criada foi a de Alte, que teve autorização governamental para se constituir em 31 de Julho de 1911.

¹⁴⁴ Ver o caso contado por M. L. C. da SILVA, *o. c.*, 104.

¹⁴⁵ Cf. J. A. GUERREIRO, *o. c.*, 15-16.

¹⁴⁶ Sobre este assunto ver *Os seminários em Portugal. Estudo comemorativo do decreto tridentino e da sua execução em Portugal* (edição da Comissão episcopal para a disciplina dos seminários), [Coimbra] 1964; M. de OLIVEIRA, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa 21948, 408-12.

¹⁴⁷ *Ofício do Senhor Arcebispo primaz ao Director geral dos Negócios Eclesiásticos*, 19 de Agosto de 1911, publicado em *Voz da Verdade*, 31 de Agosto de 1911, 409-10.

Em Lisboa, o edifício concedido era de todo incapaz e não funcionava já como seminário desde 1905. Teve de lutar-se, nesta altura, para conservar uma parte do edifício do seminário de Santarém, pois a outra foi ocupada, servindo primeiro de quartel militar, depois de liceu da cidade.

As restantes nove dioceses do país, incluindo as duas insulares, ficaram sem qualquer edifício, pelo que os respectivos prelados tiveram de recorrer ao aluguer — houve também casos de cedências gratuitas por parte de particulares — de pequenas casas, às vezes dispersas pela cidade, onde albergavam um número, primeiro reduzido, mas depois sempre crescente de candidatos ao sacerdócio. Em muitos dos casos os seminaristas passaram a viver na mesma residência do seu bispo, cujo contacto foi sempre proveitoso à formação dos futuros padres.

3.10. *De olhos no futuro: a formação do laicado*

Como toda a sociedade do tempo, o laicado dividia-se em dois grandes sectores — o rural, pobre e ignorante, e o citadino. Enquanto que o primeiro sector gravitava, sobretudo nas zonas populosas do centro e norte, à volta do seu pároco ou abade, o segundo bebia a sua ilustração e a sua formação nas capelas que, nos grandes centros, apareceram em frente das igrejas paroquiais não como colaboradoras mas como concorrentes. De facto, em muitas cidades, principalmente Lisboa e Porto, a direcção da vida religiosa não passava pelos párocos, mas pelos membros das congregações religiosas que, nem sempre honestamente, se sobrepunham àqueles.

Um pouco por todo o lado proliferava o *Apostolado da Oração*¹⁴⁵, movimento orientado pelos jesuítas, com centenas de milhar de associados, mas sem grande peso na vida social do país, pois dele estavam afastados, quase por completo, os homens válidos.

Com a expulsão dos religiosos, os fiéis das capelas citadinas ficaram à deriva e as leis anti-católicas desabaram sobre o país antes que os párocos reagrupassem à sua volta a gente válida que não estava habituada a procurá-los a não ser para serviços burocráticos.

¹⁴⁵ Ver ELBC 2 (1964) 803-04; J. B. PINTO, *Apostolado da Oração. Teologia e Pastoral*, Braga 1962. Para avaliar do número de paróquias onde havia A.O. pode ver-se, p. ex., o *Relatório do Apostolado da Oração em Portugal*, Porto 1930.

Era este o ponto fraco da vida católica citadina: não se apoiava nos quadros orgânicos essenciais da Igreja — o bispo e os párocos ¹⁴⁹.

As divisões eram ainda mais profundas no campo da opção partidária. Uma maioria, a que não eram estranhos muitos membros das congregações religiosas, sobretudo jesuitas, militava no partido nacionalista que tinha por meios de comunicação, em Lisboa o *Portugal*, diário dirigido por Lourenço de Matos, e no Porto *A Palavra* ¹⁵⁰ que teve, nos últimos anos, três directores — Francisco Gonçalves Cortez, o Conde de Samodães e A. Pinheiro Torres. O grupo dos legitimistas vivia à volta do seu último reduto — *A Nação*, de João Franco Monteiro. Além destes não faltava um bom número de independentes que viam como único meio de salvação a União Católica ou de católicos, orientada superiormente pelos bispos. Era órgão deste último grupo o *Correio do Norte*, de Abúndio da Silva.

Enquanto os legitimistas continuaram a defender cegamente a monarquia na sua forma mais absolutista, os nacionalistas iam-se juntando, cada vez mais, ao grupo dos independentes, certos de que só uma união supra-partidária, de carácter mais social e religioso que político, poderia dar aos católicos o seu lugar no seio da nova sociedade portuguesa.

Símbolo desta nova união era, sem sombra de dúvida, um professor da Universidade de Coimbra, Sousa Gomes ¹⁵¹, «corifeu da acção social católica» ¹⁵², que faleceria em 1911, bastante jovem ainda, depois das muitas afrontas que lhe foram dirigidas pelo novo governo e pelas seitas revolucionárias. Já em Dezembro de 1910 o eminente professor declarava, em carta a Mendes Santos, ¹⁵³ que não tinha saudades nenhu-

¹⁴⁹ Cf. M. A. da SILVA, *Cartas a um abade*, Braga 1913, 232-35.

¹⁵⁰ Sobre o pensamento social dos redactores deste jornal ver J. F. A. POLICARPO, *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1783-1913)*, I, Coimbra 1977.

¹⁵¹ Francisco José de Sousa Gomes (1860-1911). Sobre a sua vida e personalidade ver J. CASTRO, *Doutor Sousa Gomes*, em *Estudos Sociais* 6 (1910-1911) 398-402; L. de M., *Qualis vita finis ita*, em *idem*, 388-97; F. SILVA, *Dr. Sousa Gomes*, em *idem* 403-10; *Sousa Gomes e Mendes Santos (arcebispo de Évora)*, Braga 1960. Algumas notícias de interesse em M. G. CEREJEIRA, *Vinte anos de Coimbra*, Lisboa 1943; e em M. A. TRINDADE, *O padre Luís Lopes de e a sua época* (1885-1951), Coimbra 1958. Veja-se ainda M. G. CEREJEIRA, *Uma página de recordações*, em *Estudos* 3 (1924-25) 623-29; M. M. C. SANTOS, *Um apóstolo leigo*, em *Estudos* 3 (1924-25) 585-89; e J. M. de ALMEIDA, *Perfil de um leigo. Professor Doutor Sousa Gomes (1850-1911)*, em *Laikos* 6 (1983) 489-94.

¹⁵² *Sousa Gomes e Mendes Santos*, Braga 1960, 19.

¹⁵³ D. Manuel Mendes da Conceição Santos (1876-1955), mais tarde bispo de Portalegre e arcebispo de Évora. Ver F. M. da SILVA, *A alma do arcebispo apóstolo*, Braga 1960. Sob orientação do mesmo autor foram publicadas todas as obras de D. Manuel Mendes Santos, sob o título genérico *Documentos de uma vida apostólica*, 3 vv, Braga 1959-1961.

mas da monarquia cujos últimos governos preparavam as mesmas leis anti-religiosas que a república trouxe por atacado, e preconizava a unidade de todos os católicos à volta dos bispos¹⁵⁴.

Entretanto começava-se a movimentar a massa da academia, com a reforma do Centro Académico de Democracia Cristã¹⁵⁵, associação estudantil fundada em 1901. Desta escola de Coimbra saíam os maiores vultos do laicado católico da primeira metade do século. Os estudantes, logo em fins de Novembro de 1910, deram a lume um manifesto¹⁵⁶, *A nossa atitude*, em que declaravam que o seu ideal democrático não se enfeudaria a regime ou partido algum, encontrando «o mais seguro abrigo e o maior estímulo nas ideias do cristianismo».

Um pouco por todo o lado as vozes dos pequenos jornais católicos, dirigidos por homens honestos, mas nem sempre muito cultos, serviram de apoio à acção do episcopado. Alguns, mais arrojjados e perspicazes, saíram para o contra-ataque enaltecendo a atitude corajosa dos bispos. É exemplo disso, entre outros, *O Progresso Católico*¹⁵⁷ que, em Janeiro de 1912, criticou severamente a posição do governo ao desterrar os prelados, adiantando que tal castigo «é não só uma arbitrariedade e uma ilegalidade (...) mas também uma demonstração inútil do direito da força», pois, com tal atitude, podem ser incomodados os prelados, mas não se «conseguirá que as instruções por eles dadas aos fiéis sejam retiradas ou sequer modificadas» e, por consequência, não terão os legisladores republicanos «a glória de ver que um só católico entre na formação de uma cultural, nem que os filhos da Igreja vão frequentar um templo que esteja sob o domínio cultualista».

A Igreja portuguesa começava, assim, a viver de olhos postos no futuro. Os jovens eram a garantia de que a nau não sossobriaria nas cristas da tempestade, mas haveria de chegar a porto seguro.

¹⁵⁴ Cf. Sousa Gomes e Mendes Santos, Braga 1960, 23-24.

¹⁵⁵ Sobre esta associação ver sobretudo a revista *Estudos* publicada pelo próprio centro. Notícias em M. A. TRINDADE, *o. c.*, 61-103; e J. D. da FONSECA, *Pela liberdade e pela defesa da Igreja*, Guarda 1954.

¹⁵⁶ Publ. em *Voz da Verdade*, 8 Dez. 1910, 778-80.

¹⁵⁷ *O Progresso Católico* 34 (1912) 14.

Conclusão

Da exposição feita afloram alguns pontos que podemos colher à guisa de conclusão.

1. O processo de perseguição à Igreja desencadeou-se muito antes da implantação da república, não sendo, por isso, um fenómeno de regime. Os últimos governos monárquicos, por opção sua, e por pressões exteriores vindas do partido republicano e das associações secretas, emanara já algumas leis persecutórias, prevendo-se que a separação, muito embora não assumindo a forma de jurisdicionalismo liberal, seria decretada dentro em breve. Portanto, mais que de fenómeno republicano, deve falar-se de fenómeno ideológico. A amálgama das doutrinas positivistas, deterministas e colectivistas do século dezanove trouxe consigo a república e, antes desta, trouxera já o fenómeno da perseguição religiosa.

2. A nível citadino, a organização da Igreja não assentava, em Portugal, sobre os seus quadros orgânicos essenciais — a diocese e a paróquia. As congregações religiosas haviam criado uma estrutura paralela, com movimentos de apostolado que não passavam, muitas das vezes, pela paróquia, e com uma formação de militantes leigos estranha à direcção superior do episcopado.

Sem a aprovação dos bispos, o Centro Nacional Católico, preconizado por D. Manuel Bastos Pina, transformou-se em partido político, acção a que não foram estranhos muitos membros das congregações religiosas, nomeadamente jesuitas, o que desagradou a muitos leigos que, politicamente, militavam noutros partidos e não queriam ver a Igreja comprometida com nenhuma facção, segundo a doutrina emanada pelos últimos pontífices romanos.

As próprias famílias religiosas não se entendiam entre si — sobretudo as mais numerosas e influentes — arrastando para a luta alguns dos melhores leigos que cada vez se encontravam mais divididos, dificultando, deste modo, a reacção pronta e uniforme às leis persecutórias providas quer do regime monárquico quer da recém-implantada república.

3. O episcopado, que tinha nas suas fileiras algumas figuras de muito valor, teve o mérito de saber agir, desde o primeiro momento, de modo colectivo, evitando assim leis de excepção. O caso do bispo de Beja deu-se no período agitado de Outubro, quando os bispos se não haviam ainda reunido para decidir das linhas programáticas da sua actuação; e o desterro de D. António Barroso vem con-

firmar o modo como o governo estava disposto a aproveitar as mais pequenas fendas na unidade para colocar fora de combate alguns prelados, sobretudo os mais prestigiosos de entre eles.

Para esta acção uniforme contribuiu, sem dúvida, a linha de orientação provinda da Santa Sé, de tal forma que o Governo se viu na obrigação de desterrar todos os membros do episcopado, pois nem um só deixou de condenar, mesmo individualmente, a lei de separação e, sobretudo, as cultuais.

A pastoral colectiva, a princípio julgada por alguns católicos monárquicos como uma cedência dos bispos, acabou por ser o ponto de referência de toda a reacção católica nos primeiros tempos do novo regime.

4. O clero teve, na absoluta maioria, uma actuação digna da sua condição, não se afastando das orientações dos respectivos prelados. A recusa das pensões eclesiásticas, feita por cerca de noventa por cento do clero, não era uma opção fácil, sabendo-se que a maioria dos padres era pessoalmente pobre e a pensão significava, em muitos casos, o único meio de sobrevivência.

A perseguição trouxe consigo a unidade do clero, até agora, mesmo entre os seculares, dividido em ultramontano e cismontano. Feita esta unidade de bispos com o clero e do clero entre si, a reacção tornava-se mais fácil ou, pelo menos, mais eficaz.

5. A atitude decidida dos bispos e dos sacerdotes contribuiu também para o despertar da consciência dos leigos. O processo é, porém e neste campo, bastante mais moroso, pelo que os frutos se não verão senão a médio e longo prazo.

Neste sector foi da maior importância a fundação e ulteriores renovações do Centro Académico de Democracia Cristã, onde se formaram sucessivas gerações universitárias na militância cristã. Desta escola de Coimbra, apesar de o novo governo ter criado universidades no Porto e em Lisboa, saíam os maiores vultos do laicado português da primeira metade do século.

Importante foi ainda a imprensa católica, muita dela dirigida por leigos, e que marcou posição sempre coerente ao lado das vozes contrárias, influenciando, além dos sectores intelectuais, grandes grupos de operários e rurais, em cujo seio começavam a surgir pequenos movimentos que conduziriam ao nascimento da Acção Católica.

6. A Igreja teve ainda a seu favor alguns erros cometidos pelo legislador, seja por sectarismo desmedido, seja por desconhecimento crasso da realidade interna da Igreja.

O maior desses erros foi o das cultuais que, já em França, seis anos antes, haviam demonstrado quanto está errado o poder civil quando pretende legislar em matéria estritamente eclesiástica, e que o governo quis introduzir pela via da força em Portugal, esquecendo-se dos mais elementares princípios da dinamicidade interna do catolicismo.

Erro grave foi ainda o desejo de fundar uma Igreja nacional, desligada de Roma e totalmente controlada pelo poder civil, sabendo da ligação profunda que existia entre o povo católico e o papado.

7. Esta Igreja nacioal seria um primeiro passo para a criação de uma sociedade que prescindisse de toda e qualquer inspiração cristã. Porém, e a par desta vontade firme de laicizar a sociedade, não se pode negar aos governantes um desejo real de progresso em muitos dos sectores da vida pública, mesmo em alguns que tocavam de perto com a actividade da Igreja.

8. Finalmente, não foram estranhas ao êxito da reacção católica as divisões que começaram, logo desde o início, a manifestar-se no interior da classe política revolucionária. Os combates intestinos fizeram, em muitos momentos, desviar a atenção e as forças políticas para outros problemas, deixando à Igreja espaços para se reorganizar e revitalizar os seus quadros.

A. JESUS RAMOS

Siglas

- AAS *Acta Apostolicae Sedis.*
- DHC E. PEREIRA e G. RODRIGUES, *Portugal. Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico*, 7 vv, Lisboa 1904-1915.
- DHP *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, 4 vv, Lisboa 1971.
- DG *Diário do Governo.* Órgão oficial do governo da república.
- ELBC *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, 18 vv + 2 vv apêndice, Lisboa 1963-1980.
- GEPB *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, 37 vv + 3 vv apêndice + + 2.ª parte (Brasil) não totalmente publicada, Lisboa-Rio de Janeiro (s.d.).
- HIP F. ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, 4 vv, Coimbra (excepto o tomo IV/4 que é de Matosinhos 1921) 1910-1922.
- PC *Pastoral colectiva do episcopado português*, 24 de Dezembro de 1910

Bibliografia

1. FONTES

1.1. Jornais e revistas

- Correio do Norte* (O), diário católico do Porto, dir. M. Abúndio da Silva. Publ. em 1911.
- Diário da Tarde*, folha republicana de Lisboa, dir. F. Reis. Começou a public. em 2/1/1911.
- Diário do Governo*. Órgão oficial do governo da república.
- Intransigente* (O), diário republicano radical de Lisboa, dir. Machado dos Santos. Começou a publ. em 12/11/1910.
- Jornal de Coimbra*, bi-semanário republicano, dir. Joaquim Ferreira. Começou a publ. em 5/7/1911.
- Nação* (A), diário legitimista, dir. João Franco Monteiro.
- Palavra* (A), diário católico nacionalista do Porto, dir. F. G. Cortês (até Julho de 1909), Conde de Samodães (até 14 de Out. de 1910) e A. Pinheiro Torres (até ao desaparecimento do jornal em Fev. de 1911).
- Pátria* (A), diário republicano democrático de Lisboa, dir. Ramada Curto. Começou a publ. em 2/11/1911.
- Portugal*, diário católico nacionalista de Lisboa, dir. Lourenço de Matos. Acabou a publ. em 1910.
- Progresso católico* (O), revista quinzenal religiosa do Porto, dir. José Frutuoso da Fonseca.
- Voz da Verdade*, revista semanal religiosa de Braga, dir. Manuel Ribeiro Braga.

1.2. Outras fontes

- ABREU, Eduardo, *Separação das Igrejas do Estado. Relatório e projectos de lei apresentados à Assembleia nacional constituinte em sessão de 26 de Junho de 1911*, Lisboa 1911.
- COSTA, Afonso, *Discursos parlamentares*. 1911-1914, a cuid. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa 1976.
- GIACOMETTI, Zaccaria, *Quellen zur Geschichte der Trennung von Staat und Kirche*, Tübingen 1926. [Resumo da lei de 8 de Outubro de 1910, da lei de separação, e da Const. da república, com a vantagem de se poderem confrontar estas com as leis de outros países publ. no mesmo volume].
- Lei da separação do Estado das Igrejas*, 20 de Abril de 1911, em D.G., 22 de Abril de 1911.
- OLIVEIRA, Augusto, *Lei da separação. Subsídios para o estudo das relações do Estado com as Igrejas sob o regime republicano*, Lisboa 1914.
- Pastoral colectiva do episcopado português ao clero e fiéis de Portugal*, 24 de Dez. de 1910, Lisboa, Guarda etc. 1911.
- PIO X, *Epístola Nostra subiiciendas*, 15 de Março de 1911, em AAS 3 (1911) 228-30.
- ID., *Carta encíclica Iam dudum in Lusitania*, 24 de Maio de 1911, em AAS 3 (1911) 217-24. Trad. port. em *O progresso católico* 20 (1911) 155-57.
- Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911...*, 6 de Maio de 1911. Publ. em J. M. LOURENÇO, *Situação jurídica...*, Coimbra 1945, 171-77.

2. ESTUDOS

- AGUIAR, Mário de, *Discurso proferido na sessão solene em que se inaugurou o monumento a Dom José Alves Matoso...*, Lisboa 1955.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, IV/3, Coimbra 1922; IV/4, Matosinhos 1921 (2.^a ed., Barcelos 1970).

- ID., *A questão social. Reflexões à dissertação inaugural do Sr. Dr. Affonso Costa*, Coimbra 1895.
- ALMEIDA, José Maria de, *Perfil de um leigo. Professor Doutor Sousa Gomes (1860-1911)*, em *Laikos* 6 (1983) 489-94.
- ARRIAGA, Manuel de, *Na primeira presidência da república. Um rápido relatório*, Lisboa 1916.
- ASSIS, Victor Rodrigues de, *Monseñor Albino Alves da Cunha e Silva. Apóstolo da caridade*, S. José do Rio Preto 1968. [Sem grande valor histórico].
- BATISTA, Jacinto, *O cinco de Outubro*, Lisboa 21965.
- BIGOTTE, José Quelhas, *Os noventa anos do senhor D. José Alves Matoso (bispo da Guarda)*, Seia 1950.
- BIVAR, Artur, *A Igreja e o Estado*, Póvoa de Varzim 1913.
- BRÁS, S. O., *Esboço biográfico de D. António Barroso*, Porto 1921.
- BRÁSIO, António, D. António Barroso. *Missionário, cientista, missiólogo*, Lisboa 1961.
- CABRAL, José, *Sociedades secretas*, Lisboa [1936].
- CALDAS, José, *A corja negra (tosquia de um charlatão)*, Porto 1914. [Resposta ao livro de F. RODRIGUES, *Os jesuítas e a mónica secreta. Tentativa de difamação dos membros da Companhia*].
- CARMO, A. Homem do, *A maçonaria à cata do poder*, em *Brotéria* 28 (1939) 60-67.
- CASIMIRO, Acácio, *Fastos da Companhia de Jesus restaurada em Portugal*, Porto 1930.
- ID., *A actividade missionária da Companhia de Jesus restaurada em Portugal, 1861-1931*, Porto 1931.
- CASTRO, João de, Doutor Sousa Gomes, em *Estudos Sociais* 6 (1910-1911) 398-402.
- CASTRO, M. O. Chaves e, *O beneplácito régio em Portugal*, Coimbra 1885.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *Vinte anos de Coimbra*, Lisboa 1943.
- ID., *Uma página de recordações*, em *Estudos* 3 (1924-25) 623-29.
- COELHO, R., *O beneplácito*, Braga 1884.
- COSTA, Afonso, *A Igreja e a questão social*, Coimbra 1885. [Trabalho apresentado nas conclusões magnas na Faculdade de Direito de Coimbra, onde combate a doutrina social da Igreja].
- COUTINHO, B. Xavier, Prefácio ao livro de F. FERREIRA PINTO, *Orações Fúnebres*, Porto 1956.
- CUNHA, Amadeu, *Jornadas e outros trabalhos do missionário Barroso*, Lisboa 1938.
- CUNHA, Dias da, *A maçonaria em Portugal*, Lisboa 1930.
- Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, 4 vv, Lisboa 1971.
- DUARTE, Urbano, *Perfil de D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Coimbra 1964.
- Enciclopédia Luso-brasileira de cultura*, 18 vv., + 2 vv. apêndice, Lisboa 1963-1980.
- FERRÃO, Carlos, *História da I república*, Lisboa 1976. [Publicação gratuita, destinada à «informação» das massas depois da revolução de Abril de 1974. Boa documentação fotográfica. Juízo histórico parcial].
- FERREIRA, David, *História política da primeira república*, I, 2 tomos (= Horizonte 22 e 23), Lisboa 1973.
- FERREIRA, José Augusto, *Notas biográficas do excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Manuel Vieira de Matos...*, Famalicão 1927.
- ID., *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga*, IV, Braga 1935.
- FONSECA, J. Dinis da, *Pela liberdade e pela defesa da Igreja*, Guarda 1954. [Interessante descrição do ambiente académico de Coimbra do começo do século, com referências ao que se pensava sobre a religião].
- FONSECA, Soares da, *No jubileu sacerdotal do venerando bispo da Guarda*, em *Estudos* 11 (1934) 347-56.
- GOMES, Marques, D. Manuel Correia de Bastos Pina, bispo de Coimbra, conde de Arganil. *Esboço biográfico*, Aveiro 1897.
- GRAINHA, M. Borges, *História da franco maçonaria em Portugal (1735-1912)*, Lisboa 1913.
- Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, 37 vv.+3 vv. apêndice+2.ª parte (Brasil) não totalmente publicada, Lisboa-Rio de Janeiro (s.d.).
- GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara, Mons. Aloisi Masella e o arcebispo de Évora D. Augusto Eduardo Nunes, 1910-1920, Évora 1968.
- GUIMARÃES, A., *A verdade sobre Afonso Costa*, Lisboa 1933.
- Homenagem ao bispo de Beja*, Porto 1908. [Publicação comemorativa da sagração episcopal de D. Sebastião Leite de Vasconcelos].
- Homenagem da diocese do Porto ao excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. António Barroso na inauguração da sua estátua na cidade de Barcelos*, Porto 1931.
- LIMA, L. Magalhães, *De la monarchie cléricale à la république laïque*, Lausanne 1912.
- LOURENÇO, Joaquim Maria, *Stiução jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra 21945.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A primeira república portuguesa. Alguns aspectos estruturais* (= Horizonte 13), Lisboa 21975.
- ID., *Afonso Costa*, Lisboa 21975.
- ID., *Bernardino Machado*, Lisboa 1978.
- ID., *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo* (= Participar 5), Lisboa 1975.
- MARTINS, Rocha, D. *Manuel II. História do seu reinado e da implantação da república*, Lisboa 1931.
- MONTEIRO, José, *A alta sucessão de um prelado*, Lisboa 1946.
- OLIVEIRA, César de, *O operariado e a república democrática*, Lisboa 21974. [História do operariado sob o ponto de vista marxista].
- OLIVEIRA, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa 21948.
- PABÓN, Jesus, *A revolução portuguesa*, Lisboa 1961.
- PEREIRA, E. e RODRIGUES, G., *Portugal. Dicionário histórico...*, 7 vv., Lisboa 1904-1915.
- PINTO, António Ferreira, D. *António de Sousa Barroso. No primeiro aniversário da sua morte*, Porto 1919.
- ID., *In memoriam. D. António Barroso*, Porto 1931.
- ID., *O cabido da sé do Porto. Subsídios para a sua história*, (= Documentos e memórias para a história do Porto 6), Porto 1940. [Interessa o cap. VIII, sobre a atitude do cabido perante a república].
- ID., *D. António Barroso*, Porto 1941. Separata do *Boletim Cultural da C. M. do Porto* IV, 1.
- ID., *Gratidão e justiça*, Porto 1947.
- POLICARPO, J. F. de Almeida, *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*, I, Coimbra 1977.
- RIBEIRO, Ângelo, *A implantação da república e Consolidação do novo regime*, em *História de Portugal* dir. por Damião Peres, VII, Barcelos 1935, 453-522.
- RIBEIRO, A. Pina, *Irmã de S. Francisco Wilson. Escritos biográficos*, dactilografado, (s.l. e s.d.).
- RODRIGUES, Francisco, *Os jesuítas e a múnica secreta*, Roma 1912.
- ID., *Jesuitophobia*, Porto 1917.
- ID., *A companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, Porto 21935.
- ID., *História da Comp. de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto 1950.
- SAMODÃES, Conde de, *A reforma da carta e o beneplácito régio*, Porto 1884.
- SANTOS, D. Manuel Mendes da Conceição, *Um apóstolo leigo*, em *Estudos* 3 (1924-25) 585-89.
- SEABRA, Eurico de, *A Igreja, as congregações e a república*, 2 vv., Lisboa 1914. [Obra de combate à Igreja e de justificação das atitudes e leis da 1.ª república].
- Seminários (Os) em Portugal. Estudo comemorativo do decreto tridentino e da sua execução em Portugal*, ed. da Com. episc. para a disciplina dos seminários, [Coimbra] 1964. [Resumo histórico de todos os seminários portugueses].
- SILVA, Ferreira da, Dr. Sousa Gomes, em *Estudos Sociais* 6 (1910-1911) 403-10.
- SILVA, Francisco Maria, *A alma do arcebispo apóstolo*, Braga 1960.
- SILVA, Manuel Abúndio da, *A Igreja e a política*, Porto 1911. [Tentativa de explicação aos católicos portugueses do movimento social europeu e americano, adentro das linhas doutrinárias de Leão XIII].
- ID., *Cartas a um abade sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga 1913.
- SILVA, Manuel Luís Coelho da, *Dez meses de governo do bispado do Porto (Março a Dezembro de 1911)*, Guimarães 1912. [Fundamental para este período].
- SOARES, Avelino de Sousa, *António Barroso, bispo do Porto*, Porto 1955.
- Sousa Gomes e Mendes Santos (arcebispo de Évora), Braga 1960.
- TELLES, Bazílio, *A questão religiosa*, Porto 1913. [Obra em defesa do cientismo, preconizando a morte do cristianismo].
- TRINDADE, Manuel d'Almeida, *A Faculdade de teologia e o incidente com o senhor bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina*, em *Lumen* 17 (1953) 623-34; 696-704; 18 (1954) 5-19.
- ID., *O cônego José Alves Matoso e o seminário de Coimbra*, em *Lumen* 21 (1957) 281-91.
- ID., *O padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1915)*, Coimbra 1958.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, Lisboa 1976.